

Período 1

João Bittencourt



Curso de Educação a Distância

Sociologia 3

Licenciatura em Ciências Sociais



Período 1

João Bittencourt

Sociologia 3



**COORDENADORIA INSTITUCIONAL
DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

COORDENAÇÃO

Luís Paulo Leopoldo Mercado
Fernando Sílvio Cavalcante Pimentel



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**

REITOR

Eurico de Barros Lôbo Filho

VICE-REITOR

Rachel Rocha de Almeida Barros

DIRETORA DA EDUFAL

Maria Stela Torres Barros Lameiras

CONSELHO EDITORIAL EDUFAL

Maria Stela Torres Barros Lameiras (Presidente)
Bruno César Cavalcanti
Cícero Péricles de Oliveira Carvalho
Elcio de Gusmão Verçosa
Elias Barbosa da Silva
Eurico Eduardo Pinto de Lemos
Fernando Antônio Gomes de Andrade
Roseline Vanessa Oliveira Machado
Simoni Plentz Meneghetti



Ministério da
Educação



COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Fernanda Lins

PROJETO GRÁFICO

Raphael Pereira Fernandes de Araújo

DIAGRAMAÇÃO

Raphael Pereira Fernandes de Araújo

Catologação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL:

Fabiana Camargo dos Santos

COORDENAÇÃO DE CURSO:

Luciana Santana

SUPERVISÃO TEÓRICA:

Luciana Santana

REVISÃO DE CONTEÚDO:

Evaldo Mendes da Silva e Luciana Santana



Direitos desta edição reservados à
Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas
Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A. C. Simões, Prédio da Reitoria
Cidade Universitária, Maceió/AL Cep.: 57072-970
Contatos: www.edufal.com.br | contato@edufal.com.br
(82) 3214-1111/1113

Editora afiliada:



Apresentação

Sou João Batista de Menezes Bitencourt, professor de Sociologia do curso de graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Sociologia, ambos do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Sou graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Minha função na disciplina é a de professor conteudista. Espero poder contribuir de maneira significativa para a formação intelectual e acadêmica de vocês, a partir das trocas realizadas através do Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle. Além da minha supervisão, vocês contarão com o acompanhamento incessante de tutores, que ficarão responsáveis pela resolução das dúvidas e pelo auxílio no processo de aprendizado.

Introdução

Car@ alun@

Seja bem-vind@ à disciplina Sociologia III, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais à Distância, ofertado pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

As atividades que começamos a realizar hoje, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), serão imprescindíveis para a vossa formação, enquanto futuro(a) professor(a) de Sociologia.

A disciplina que irão cursar, auxiliados por esse manual, terá como eixo discussivo o conjunto da produção sociológica desenvolvida na primeira metade do século XX, são elas: o interacionismo simbólico, o funcionalismo e a teoria crítica. Cada uma dessas teorias oferece uma contribuição significativa para a compreensão dos diversos fenômenos sociais do chamado mundo moderno, como também dos nossos dias atuais. Assim como os pensadores clássicos (Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber), os sociólogos do século XX, como Talcott Parsons, Georg H. Mead, Herbert Blumer, Erving Goffman, Theodor Adorno e Max Horkheimer, também se preocuparam com os dilemas próprios de sua época, e, como estes, elaboraram poderosas ferramentas de análise teórica e metodológica. É sobre essas ferramentas que nos debruçaremos ao longo dessas páginas. Desejamos a tod@s um ótimo passeio por mais um capítulo da história da Sociologia.

Bons estudos!

Concepção da Disciplina

Programa Da Disciplina

Título da disciplina: Sociologia III

Carga horária: presencial 20h e online 40h, totalizando 60h

Professor: João Bittencourt

Ementa:

Temas e debates da Teoria Social no contexto pós-guerra. As contribuições de Talcott Parsons para o debate da sociologia contemporânea. As abordagens microsociológicas da teoria social contemporânea. A teoria crítica da Escola de Frankfurt.

Objetivo Geral:

Apresentar e discutir os principais conceitos e temas presentes no debate sociológico da primeira metade do século XX, com especial atenção para as contribuições do funcionalismo, interacionismo simbólico e Teoria Crítica.

Objetivos específicos:

1. Desenvolver a capacidade reflexiva e pedagógica para a apreensão de conceitos fundamentais da Sociologia moderna, visando a articulação destes com os fenômenos contemporâneos.
2. Problematicar os avanços teóricos e metodológicos da sociologia produzida no início do século XX, em relação ao pensamento sociológico clássico, enfatizando a existência de aproximações e distanciamentos.
3. Refletir sobre o embate indivíduo x sociedade, a partir das contribuições trazidas pelo interacionismo, funcionalismo e teoria crítica.

Metodologia de ensino:

Visando a articulação das modalidades de ensino presencial e a distância, construímos duas estratégias para a apreensão do conteúdo da disciplina.

Aulas presenciais: O curso consistirá em aulas expositivas e dialógicas, com ênfase na discussão de textos, apresentação de relatos de leituras feitas pelos/as estudantes e exposições de seminários sobre a bibliografia trabalhada na disciplina.

Aulas a distância: estudo dos módulos, trabalhos dirigidos, bem como a realização de demais atividades didático-pedagógicas.

Nunca é demais lembrar que o sucesso da disciplina depende do diálogo harmonioso entre essas duas modalidades de ensino (presencial e a distância) e para uma apreensão satisfatória do conteúdo ministrado, será imprescindível que os/as estudantes se dediquem com o mesmo afinco a ambas.

Avaliação

Para fins de avaliação serão realizadas duas provas escritas (AB1 e AB2), de onde será extraída uma média final, que deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete). É importante destacar que, no processo avaliativo, também será levado em consideração a assiduidade bem como o envolvimento do estudante com as atividades extras, desenvolvidas pelo tutor.

Conteúdo Programático da disciplina:

Unidade I – Interacionismo simbólico-----	p.04
Unidade II – Goffman e a Sociologia dramaturgica-----	p.15
Unidade III – Funcionalismo-----	p.28
Unidade IV – Teoria dos Sistemas Sociais de Talcott Parsons-----	p.36
Unidade V – Teoria Crítica-----	p.46

Entenda a Disciplina

Ao longo do Conteúdo da Disciplina você irá encontrar no livro ícones que irão orientá-lo nos estudos. Conheça cada ícone:



Metas da aula – o que o aluno irá ver (pequeno resumo do conteúdo), destacando os objetivos que o aluno deverá alcançar ao final do conteúdo;



Exercício – indica uma atividade que está associada aos conteúdos estudados, que irá conter questões objetivas e subjetivas;



Pré-requisito – compreensão prévia de determinado conhecimento que contribuirá para uma melhor aprendizagem do aluno;



Resumo do tema – síntese dos conteúdos do tema abordado;



Para examinar – apresenta estudos de caso, opiniões e reflexões sobre o conteúdo abordado a fim de desenvolver postura crítica-reflexiva sobre a realidade;



Informações sobre a próxima aula – introdução ao próximo conteúdo;



Atenção – destaca um conteúdo importante do texto para compreensão da temática;



Leia mais – Indicação de leitura;



Saiba mais – são informações complementares para o entendimento do conteúdo que está sendo abordado;



Na web – Indicação de condutas cybersociais;



Acesse – ficará no final de cada conteúdo e seu objetivo é promover a fundamentação: sugestão de texto, livro ou site que reforçam ou ampliam o conteúdo;



Referências;



Anotações – tem por finalidade o registro de reflexões dos alunos;



Glossário;



Está no AVA - indica acesso ao AVA para conhecer outros recursos que irão contribuir com o conteúdo estudado;



Avaliação – Exercício de avaliação sistêmico: provas, trabalhos, fichamentos, resumos.

1

Unidade:

**INTERACIONISMO
SIMBÓLICO**



Metas de aula

Nesta unidade o estudante conhecerá as principais ideias que fundamentam a vertente sociológica conhecida como interacionismo simbólico. O contexto sociohistórico que permitiu seu aparecimento, as rupturas e continuidades com os representantes da sociologia clássica, bem como a trajetória de dois de seus principais representantes, Georg H. Mead e Herbert Blumer.

Nem sociedade, nem indivíduo: a interação como unidade de análise

Conforme vocês puderam acompanhar nas discussões promovidas pela disciplina de Sociologia 2, cuja proposta versa sobre as distintas teorias e metodologias desenvolvidas por Emilie Durkheim e Max Weber, a Sociologia surgiu como uma alternativa crítica ao pensamento desenvolvido entre os séculos XVII e XVIII, que colocou no centro da discussão a noção de indivíduo. O pensamento e as ações nada mais eram do que produções de um sujeito de vontade, dotado de interesses, e que estava a todo instante buscando a melhor estratégia para satisfazer as suas necessidades. É essa por exemplo a ideia defendida por pensadores como Hobbes e Locke. Para estes filósofos, através dessa maximização de interesses e guiados por uma racionalidade, os indivíduos chegariam a um acordo que fundaria a sociedade. Certamente esse não era um pensamento exclusivo de Hobbes e Locke, todos os estudiosos da época partiam de pressupostos semelhantes, recorrendo quase sempre a modelos de explicação, pautados nas ciências naturais. Hobbes foi um dos influenciados pela lógica extraída da física newtoniana, que percebia os átomos como os elementos básicos da natureza e que, por sua vez, agiam de maneira distinta uns dos outros. Do mesmo modo, o indivíduo – assim como os átomos – passariam a ser percebidos como o elemento básico da vida social.

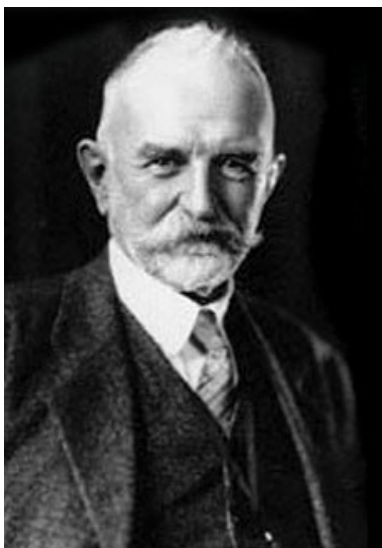
A Sociologia, enquanto ciência responsável pelo estudo da vida social, surgida em meados do século XIX confronta essa argumentação. De acordo com o próprio Durkheim, pensadores como Montesquieu (1689 – 1755) e Rousseau (1712 – 1778), antes mesmo de Comte (1798 – 1857), considerado o fundador da Sociologia, já haviam desenvolvido, em seus escritos, ideias que contrariavam a máxima de que tudo dependia da vontade humana. Porém, a consolidação de um pensamento que parte da sociedade como instância produtora e reguladora da vida só foi possível com o pensamento de Comte. Foi o pai do positivismo, o primeiro pensador a juntar esforços para demonstrar as especificidades dos fenômenos sociais, diferenciando-os dos fenômenos naturais. Posteriormente, Durkheim, influenciado por Comte e Saint-Simon, desenvolve a noção de fatos sociais para nomear o objeto de estudo da Sociologia. Criticando o individualismo utilitarista propagado por Herbert Spencer, onde a cooperação era entendida como o resultado espontâneo das ações que os indivíduos executam, visando atender seus interesses particulares, Durkheim sugeria que o que possibilitava a cooperação e, logo, a existência da sociedade, encontrava-se fora dos indivíduos e tinha existência própria, tratava-se de algo instituído coletivamente. A partir desse momento a separação entre sociedade e indivíduo se tornava cada vez mais delimitada. É importante esclarecer que Durkheim não aboliu a concepção de indivíduo, porém, percebia este como resultado de uma complexificação da vida social, ou seja, como expressão de uma sociedade altamente especializada, logo, uma fabricação social como os outros fenômenos estudados pelo pensador francês.

Enquanto Durkheim defendia a perspectiva de que era necessário voltar os olhos para a coletividade com o intuito de entendermos o funcionamento da vida, na Alemanha, o sociólogo Max Weber trazia o indivíduo novamente para o centro das preocupações sociológicas, por intermédio de conceitos como ação e sentido. Para Weber, a sociologia deveria voltar suas lentes para os sentidos que os indivíduos investem em suas ações, pois é nesse processo de significação que se encontra a chave para a leitura do

mundo social. No lugar de uma perspectiva normativa, Weber sugere uma “concepção subjetivista”, mas não num sentido solipsista, ou seja, de que o conhecimento se funda na experiência interior. O sentido, mesmo sendo algo subjetivo, é construído por significações que são compartilhadas entre os indivíduos, ou seja, trata-se também de uma produção social. Se quisermos compreender as construções conceituais mais amplas da vida social, como Família e Estado, devemos buscar pistas nos sentidos que os indivíduos atribuem a estas.

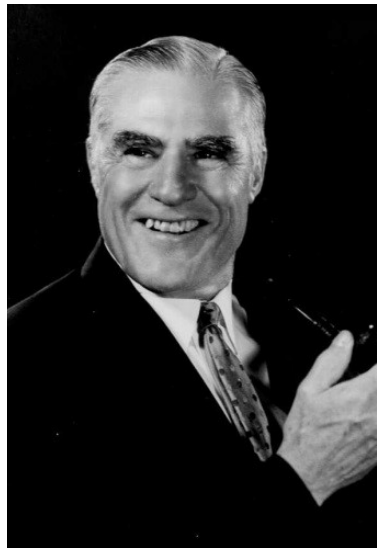
Comumente, quando somos instigados a pensar sociologicamente o embate entre sociedade x indivíduo, somos remetidos, quase sempre, aos diferentes objetos de estudos definidos pela sociologia durkheimiana e weberiana, porém, existem outras tradições do pensamento sociológico clássico, que privilegiaram aspectos da vida, que se podem chamar de interacionais, é o caso, por exemplo, das abordagens desenvolvidas por Karl Marx e Georg Simmel. Marx foi um dos pensadores que mais se preocupou com as interações – ou relações sociais – colocando-as no centro da reprodução da vida social, como podemos perceber em trabalhos como *A ideologia alemã* (1845), escrito em parceria com Friedrich Engels. Já em *O Capital* (1867), mais especificamente em sua discussão sobre fetichismo de mercadoria, ele destaca como a reificação de uma relação que se apresenta como uma interação entre coisas e não entre seres humanos, torna-se fundamental para o funcionamento do capitalismo. Simmel por sua vez, via na díade, ou seja, na relação entre duas pessoas, o elemento fundamental da vida social. Ao retomar o tema da mercadoria em sua *Filosofia do dinheiro* (1900), o pensador enfatiza as formas ideais ou mentais, porém, não perde de vista o caráter interativo. Diante do exposto, podemos concluir que, tanto Marx como Simmel percebiam a vida social como um conjunto amplo e variado de processos interativos. Nem o indivíduo e muito menos o social reificado, para esses pensadores, a interação ou a relação era o motor da vida social.

Georg H. Mead e Herbert Blumer – Difusores do Interacionismo



Herbert Blumer

<http://www.d.umn.edu/cla/faculty/jhamlin/4111/Blumer/BlumerNotes.html>



Georg. H. Mead

http://en.wikipedia.org/wiki/George_Herbert_Mead

No início do século XX, a perspectiva interacionista volta com toda força, tendo como foco privilegiado a produção sociológica desenvolvida nos Estados Unidos. É possível dizer que a Sociologia desfrutava de seu apogeu institucional naquele país, progresso esse que possui relação com o fluxo inesperado de pesquisadores advindos de diversos lugares da Europa, assolados pela guerra e dominados, em parte, pelo totalitarismo. Em decorrência dessa migração, os EUA logo se consolidaram como os “novos líderes” da Sociologia mundial. O interacionismo simbólico foi uma das teorias de maior projeção daquele país, que possui, como princípio, a ideia de que as interações são mediadas, simbolicamente, a partir de significações compartilhadas entre os indivíduos.

Diferente dos animais (não humanos), que se comunicam por gestos instintivos que desencadeiam relações semelhantes em outros animais, nós, seres humanos, atribuímos significados a nossos gestos, que são produzidos reflexivamente, tornando-se símbolos. O termo interacionismo simbólico foi cunhado por Blumer ainda na década de 1930, porém, as principais ideias já haviam sido desenvolvidas anteriormente por Georg Herbert Mead, um psicólogo social ligado à escola filosófica pragmática. De acordo com o pragmatismo, a ação deve ser problematizada a partir de três dimensões indissociáveis: biológica, psicológica e ética. O agir humano é sempre direcionado por uma meta e condicionado por sentimentos e emoções, daí a concepção de que o ensino da Psicologia é importante para a Filosofia. Os filósofos pragmatistas norte americanos, principalmente aqueles de Chicago, cidade onde floresceu um dos mais proeminentes centros de produção sociológica dos EUA – entendiam que, tanto a Filosofia como a Psicologia deveriam intervir sobre a realidade. Ambas ajudariam a solucionar, do ponto de vista teórico, problemas sociais, políticos e morais que se expressam em toda sociedade. De acordo com o pragmatismo, o filósofo está envolvido diretamente com a vida de sua cidade e tem interesse nas ações que, potencialmente, podem colaborar, direta ou indiretamente, para a transformação social. Uma das principais influências de Mead, o filósofo John Dewey se interessou muito pelas questões educativas, chegando a fundar, na Universidade de Chicago em 1896, uma escola primária experimental, uma espécie de laboratório, cujo objetivo era a produção de ideias filosóficas que pudessem ser aplicadas, Mead foi um dos pensadores que estiveram envolvidos intensamente com essa escola experimental.

Três pensadores tiveram um papel decisivo na produção das ideias do interacionismo, foram eles: William James, John Dewey e Charles Cooley, este último colaborou com um conceito que foi crucial para o desenvolvimento do interacionismo simbólico, o “eu espelho”. Se James enfatizou a importância do simbolismo na ação humana e Dewey indicara que a mente humana não é fechada sobre si mesma, mas resultado de um processo permanente, Cooley mostrou, através do seu conceito de “eu espelho”, que os indivíduos, quando diante do olhar de outros, percebiam a si mesmos como objetos e essa objetificação se dava por meio das interpretações daqueles com quem interagiam. De acordo com Hans Joas (1999) “Cooley foi o primeiro a proclamar a necessidade de um pragmatismo social ou sociológico e o primeiro a desenvolver uma teoria do eu e sua dependência de grupos primários” (p.138).

Vale destacar também as influências de Charles Darwin (1809 -1882) e de Wilhelm Wundt (1832 -1920). De Darwin, Mead se apropriou das ideias evolucionistas, como não podia ser diferente, uma vez que o pragmatismo sofreu forte influência das ideias evolucionistas britânicas. O próprio filósofo americano autodenominava como “behaviorista social”, segundo Morris,¹ ou seja, percebia a necessidade de

1

Muitos dos escritos de Mead vieram a tona a partir das anotações de aula dos seus alunos da Universidade de Chicago, pois o mesmo não escrevia com frequência. Morris foi um filósofo que editou o curso de Psicologia social oferecido por Mead nessa universidade. A expressão behaviorismo social aparece no subtítulo da obra editada por Morris, chamada *Mind, Self e Society: from the Standpoint of a social Behaviourist*. Sobre o ocorrido Gillespie (2005) comenta: Quem está escrevendo quando o texto diz: nosso behaviorismo social? Esse nosso se refere a Mead e aos estudantes a quem ele se dirigia, ou a Morris e o seu Mead?(p.21).

adaptação dos seres humanos, porém, esta não possuía relação com os instintos e sim com a cultura. Ele também afirmava que a fraqueza dos membros da espécie os forçava a se associar e que as características que permitiam a adaptação dos indivíduos ao meio era parte de um aprendizado. Já de Wundt, filósofo e psicólogo alemão, Mead reteve muitas ideias da sua *Volkerpsychologie*. Apesar de seus escritos apresentarem fortes críticas ao pensamento wundtiano, principalmente no que diz respeito à sua concepção subjetivista da consciência, é inegável a proximidade² de Mead com o pensamento do pai da psicologia experimental moderna.

Em *A mente, o sujeito e a sociedade* (*Mind, Self and society*, 1934), livro resultante das anotações de aula de seus alunos da Universidade de Chicago, Mead apresenta a sua teoria sobre como os processos interativos são mediados simbolicamente, evidenciando como a mente e o self emergem de processos sociais. O filósofo americano passou grande parte de sua trajetória intelectual procurando resolver o problema da oposição mente x sociedade instituída por Wundt. A chave explicativa de acordo com Mead, estava na dialética indivíduo e sociedade. E concluiu que a individualização resulta de um processo de socialização e não de sua antítese. Para Mead, a mente possui três aspectos fundamentais: a utilização de linguagem simbólica (gestos e palavras), era composta de gestos convencionais, e possuía a capacidade de realizar ensaios de imaginação. Eram essas características que nos diferenciava dos animais (não-humanos), pois, somente nós possuímos capacidade de atribuir sentido aos nossos gestos, assumirmos o papel do outro numa interação, podendo ensaiar nosso comportamento previamente, na imaginação, antes de expressá-lo publicamente.

Na teoria de G. H. Mead, O sujeito (self) era definido a partir de dois conceitos: o eu (I) e o mim (me). O primeiro compreendia a dimensão ativa do sujeito, que antecede a reflexividade, o vir a ser da subjetividade, já o segundo, era produzido pela entrada do ser no mundo dos significados, condicionado socialmente pela percepção que os outros têm do sujeito e pela forma como reagem à sua ação. Diz Mead (1934/1982):

O Mim é um indivíduo convencional, habitual. Está sempre presente. Tem que ter os hábitos, as reações que todos têm, ao contrário, o indivíduo não poderia ser um membro da comunidade... A reação do Eu a uma atitude organizada transforma a mesma, e, assim, ocorre certa proporção de adaptação e readaptação. Essa reação do Eu pode ser um processo que envolve uma degradação do estado social como uma integração superior. (p. 222)

Adepto do ideário liberal, o filósofo buscava encontrar um modelo que prescrevesse um funcionamento harmonioso da sociedade, por isso, desenvolveu um conjunto de etapas a serem cumpridas pelo indivíduo ao longo de seu processo socializador, são elas: “a da brincadeira”, “do jogo” e “do outro generalizado”. Na primeira, como o próprio nome sugere, o jogo não possui regras fixas em relação aos papéis a serem incorporados. Na segunda etapa os papéis são apresentados e as regras de interação definem, de maneira clara, quais os papéis que se deve seguir. Já na terceira e última, o indivíduo teria acesso a todos os papéis de sua comunidade, podendo imaginar-se neles e, desse modo, compreender o comportamento dos outros, agindo de maneira adequada no jogo das interações. Como podemos notar, a interação é o ponto nodal das análises implementadas por Mead, desse modo, vemos uma proposta que recusa tanto ação enquanto produção de um indivíduo dotado de plena consciência, como também a recusa da estrutura como um sistema que condiciona o indivíduo, limitando, de maneira exagerada,

suas possibilidade de agir no mundo.

Outro importante nome da Escola de Chicago, cujas ideias também influenciaram o interacionismo simbólico, foi William I. Thomas. Sua perspectiva teórica tinha como eixo a influência da cultura nos hábitos individuais e coletivos, porém a grande contribuição desse autor compreende o desenvolvimento do conceito de “definição de situação”. De acordo com Howard Becker (1996) “Mesmo que um aluno não saiba mais nada sobre Thomas, ele provavelmente conhece a frase que o tornou famoso: ‘Se um homem define sua situação como real, ela se torna real em suas consequências’” (178-79). Thomas, ao lado do polonês Florian Znaniecki, escreveu um dos mais importantes trabalhos desenvolvidos pela Escola de Chicago: *The Polish Peasant in Europe and America*. Trata-se de uma vasta pesquisa de campo – que foi publicada em cinco volumes – sobre o processo de emigração polonesa para os Estados Unidos. Além de sua importância empírica, o livro possui ideias fundamentais que ampliam a concepção pragmática de ação. De acordo com Joas (1999), essa amplitude se dá porque ela se torna mais concreta e também por incluir a ideia de ação coletiva. No que diz respeito à concretude da ação, a perspectiva situacional introduzida por Thomas, torna a ação mais concreta, na medida em que a operação subjetiva de definir a situação ganha maior precisão. Dizem Thomas e Znaniecki (1926/1984):

O indivíduo desenvolve esquemas gerais de situações; a organização de sua vida é um conjunto de regras para situações definidas... princípios morais, prescrições legais, ritos religiosos, costumes sociais, etc., são exemplos de esquemas (p. 303).

Desse modo, dá-se atenção especial ao papel social daquele que define a ação, ou seja, os indivíduos definem suas ações cotidianamente, mas estas diferentes definições revelam, dentre outras coisas, diferenças significativas entre as posições ocupadas pelos agentes na sociedade. Desse modo, uma definição de situação pode ser considerada “mais forte”, ou “mais legítima”, dependendo de quem a encarna. Por exemplo, a estratégia militar posta em prática pelo exército dos Estados Unidos, de punir previamente indivíduos considerados terroristas, mesmo que estes não sejam de fato³ ganha um status de legitimidade diferenciado, por se tratar de uma estratégia política desenvolvida por uma nação considerada uma potência mundial em vários aspectos.

Independente das críticas feitas ao trabalho de Thomas e Znaniecki, principalmente no tocante à relação entre teoria e pesquisa empírica e ao elevado grau de complexidade presente na teoria e método empregados, fato é que *The Polish Peasant in Europe and America* trouxe contribuições significativas para o desenvolvimento do interacionismo.

Dando continuidade ao nosso passeio pelos grandes nomes do interacionismo simbólico, será discutido, a seguir, o legado de Herbert Blumer (1900-1987), o pensador que deu nome a essa linha de pesquisa sociopsicológica e sociológica.

Blumer foi uma espécie de “discípulo” de Mead. Doutor em Psicologia Social pela Universidade de Chicago, teve a oportunidade de assistir muitas aulas do filósofo, de onde extraiu grande parte das ideias para a construção de seu arcabouço teórico-metodológico. Self, ato social, interpretação, são alguns conceitos desenvolvidos por Mead, que continuaram presentes nos escritos do sociólogo. Assim como seu professor, Blumer também entendia que o significado investido pelos indivíduos em suas ações é uma produção social, algo que é confeccionado a partir das dinâmicas interacionais. As premissas fundantes do interacionismo simbólico sob a ótica de Blumer estão presente na sua mais importante obra:

3

Como sugere a máxima desenvolvida por William I. Thomas, se a ação é definida como real, ela é real em suas consequências. Logo, não importa se a motivação da ação possui uma justificativa “verdadeira”, ou seja, não importa se os indivíduos punidos são terroristas de fato. Ao concretizarem a ação ela passa a ser real.

Symbolic Interactionism: Perspective and Method (1969), são elas:

1. O ser humano orienta suas ações em direção às coisas a partir dos significados atribuídos a estas.
2. O significado dessas coisas é consequência da interação social do indivíduo com seu próximo.
3. Os significados são manipulados e reconstruídos a partir de um processo interpretativo, desenvolvido pela pessoa na confrontação com diferentes situações.

Outro aspecto importante da interação humana desenvolvida pelo sociólogo é que os agentes que participam de uma ação, vêm-se forçados, quase sempre, a inibir desejos, vontades e impulsos, em virtude da maneira como o outro se apresenta, como também a partir da forma como se julga ou interpreta a ação em voga. Aqui vemos se configurar a premissa de que as ações mudam a partir da situação apresentada, o que revela a influência de William I. Thomas no pensamento de Blumer. O indivíduo é constantemente convidado a ter que reorientar sua conduta, caso as expectativas sobre a maneira como o outro deverá agir não se cumpram.

Porém, certamente a maior contribuição de Blumer ao interacionismo simbólico e à pesquisa social, compreende o desenvolvimento de uma metodologia que propõe uma proximidade entre pesquisador e seus interlocutores. De acordo com Blumer, é fundamental para uma disciplina que se propõe a interpretar o mundo social, apreender os significados que os agentes investem em suas ações a partir de suas diferentes perspectivas. O sociólogo foi um crítico feroz do que ele considerava uma maneira inadequada de apreender a matéria prima dos processos interacionais, pois estes requeriam uma metodologia específica.

Muitos procedimentos, como os que sublinham a necessidade do emprego de técnicas estatísticas e quantitativas, são inadequados, pois abordam um aspecto limitado do ato completo da investigação científica ignorando outros, como as premissas, os conceitos, etc.(BLUMER, 1982, p. 20).

Blumer trouxe para a Sociologia a importância da pesquisa exploratória como requisito fundamental para uma melhor compreensão dos fenômenos sociais investigados, algo que a Antropologia já havia destacado décadas atrás por intermédio de Malinowski⁴ (1922) e seu “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”. Esse é um dos pontos cruciais que diferencia o trabalho de Blumer daquele desenvolvido por seu mestre, enquanto Mead estava mais preocupado com uma filosofia completa da ação, Blumer estava mais preocupado com a interpretação da ação, ou seja, os sentidos investidos e compartilhados. Advém daí sua obsessão pela pesquisa exploratória, poderosa ferramenta metodológica de uma ciência reconhecidamente empírica.

O estudo exploratório é o meio... para conseguir um conhecimento extenso e profundo da esfera da vida social e de desenvolver e acentuar a sua investigação... Por seu caráter reflexivo, não está sujeito a nenhum conjunto de técnicas em particular, pode recorrer à observação direta, entrevistar pessoas, obter informações sobre a vida real, utilizar cartas e diários, consultar documentos públicos e organizar discussões de grupo. A finalidade da investigação exploratória é traçar um quadro em estudo, tão completo e preciso quanto permitem as condições vigentes. (p. 29)

Continuando nossa incursão pelo interacionismo simbólico, apresentaremos, na próxima unidade,

4

Bronislaw Malinowski (1884 – 1942) foi um antropólogo polonês, considerado um dos fundadores da Antropologia Social e um dos pioneiros do Funcionalismo. Publicou em 1922 “Os Argonautas do Pacífico ocidental” um trabalho que revolucionou a pesquisa antropológica em decorrência da apresentação de um método investigativo que tinha como premissa fundante a ideia de que só seria possível conhecer as estruturas profundas que organizam a vida social das sociedades tribais a partir de uma convivência de proximidade do pesquisador com a sociedade pesquisada, nascia ali o embrião do método etnográfico.

as formulações teóricas de um dos mais destacados sociólogo do século XX, refiro-me a Erving Goffman. Certamente, um dos nomes mais importantes do que podemos chamar de “a segunda geração da Escola de Chicago”. Apesar de continuar o legado de seus predecessores (Mead, Thomas e Blumer), o sociólogo canadense conseguiu imprimir suas contribuições à disciplina sociológica de maneira bastante singular, como veremos nas próximas páginas.



Atenção

Como devem ter percebido, a Escola de Chicago possui um papel preponderante no desenvolvimento das ideias interacionistas. Mais do que um espaço institucional situado na Universidade, que leva o mesmo nome da cidade, e que congregou pesquisadores de diferentes ramos das Ciências Humanas, ela tornou-se conhecida como um “movimento”, ou melhor, uma proposta teórica-metodológica com forte direcionamento empírico voltada para o estudo das interações, em contexto de desintegração social. Fenômenos como imigração, criminalidade e delinquência juvenil são, geralmente, associados aos trabalhos desenvolvidos por essa escola. *The Gang: A study of 1313 gangs in Chicago* (1927), de Frederik Thrasher; *Family disorganization. An introduction to a sociological analysis* (1927), de E.R Mowrer e *The Ghetto* (1928) de L. Wirth, são alguns trabalhos que evidenciam a preocupação com o problema da desintegração social.



Leia mais

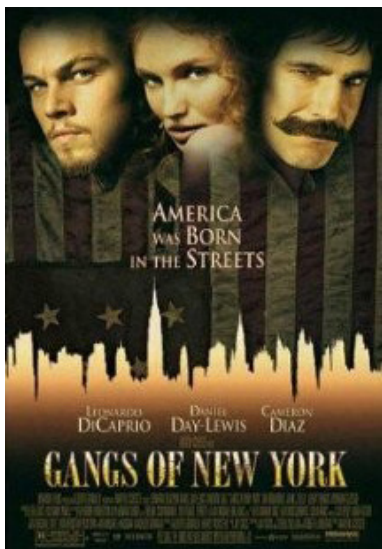
Antene-se!

Para maiores informações sobre a Escola de Chicago leia conferência do Sociólogo Howard Becker, “A escola de Chicago”, na Revista Mana:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131996000200008&script=sci_arttext



Para examinar



Gangues de Nova Iorque (Gangs of New York - 2002)

O filme Gangues de Nova Iorque do diretor Martin Scorsese inspirado no livro As gangues de nova iorque (1928) do jornalista Herbert Asbury apresenta um panorama interessante sobre o fenômeno da imigração nos Estados Unidos. A história se passa na primeira metade do século XX no bairro Five Points, da cidade de Nova Iorque. Nesse período, as duas maiores preocupações dos estadunidenses era a guerra civil americana e a imigração irlandesa.

<http://www.imdb.com/title/tt0217505/>



Exercício

- Construa situações de interações hipotéticas e as descreva a partir dos conceitos apresentados pelos precursores do Interacionismo Simbólico.
- Problematicize as aproximações e distanciamentos entre a teoria sociológica clássica e a microsociologia desenvolvida pelos interacionistas. Escolha alguns fenômenos sociais e tente descrevê-los a luz das diferentes abordagens.



Referências

Blumer, H. El interaccionismo simbolico: perspectiva y metodo. Barcelona: Hora, 1982.
Gillespie, A. G. H. Mead: Theorist of the social act. Journal for the Theory of Social Behaviour, 35(1), 19-39. 2005.

Joas, H. Interacionismo simbólico. In A. Giddens & J. Turner (Orgs.), Teoria social hoje. São Paulo: UNESP. 1999.

MEAD, George H. Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social. Barcelona: Paidós, 1973.

NUNES, Jordão Horta. "O quadro conceitual do interacionismo simbólico". In: Interacionismo simbólico e dramaturgia: a sociologia de Goffman. São Paulo: Associação editorial Humanitas; Goiânia: Editora UFG, 2005.

Thomas, W. I., & Znaniecki, F. The Polish peasant in Europe and America. New York: University of Illinois Press, 1984.

2

Unidade:

**ERVING GOFFMAN
E A SOCIOLOGIA
DRAMATÚRGICA**

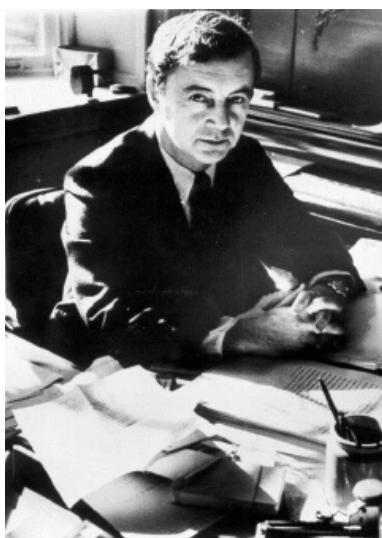
Erving Goffman e a Sociologia dramaturgica



Metas de aula

Nesta unidade o estudante terá acesso aos principais conceitos do sociólogo Erving Goffman, um dos principais representantes da chamada “microsociologia”. Serão apresentadas as principais ideias contidas nas obras “A representação do Eu na vida cotidiana”, “Estigma” e “Manicômios, Prisões e Conventos”.

Erving Goffman, o desbravador do cotidiano



Erving Goffman é conhecido nas Ciências Sociais como “o sociólogo da vida cotidiana”, o apelido está relacionado não apenas as preocupações do autor, a saber, os pormenores da vida cotidiana, mas também ao título do seu primeiro livro publicado em 1959, *The Presentation of Self in Everyday Life* e que no Brasil, no ano de 1975, foi traduzido como “A representação¹ do EU na vida cotidiana”. Durante toda a sua trajetória intelectual, Goffman tentou mostrar insistentemente que a vida cotidiana não deveria ser percebida como algo inferior dentro das preocupações sociológicas, e que ao contrário, era de lá que brotava a matéria prima para as pesquisas desenvolvidas nesse respectivo campo do saber.

http://en.wikipedia.org/wiki/Erving_Goffman

Goffman nasceu em Mannville, uma vila localizada no centro de Alberta, província canadense. Sua trajetória intelectual oscila entre as Ciências da natureza e as Ciências Humanas. Sua primeira graduação foi em Química², no ano de 1934, na Universidade de Manitoba. Goffman chegou a iniciar também uma especialização em Química, porém esta foi interrompida em virtude de sua mudança para a cidade de Ottawa, onde trabalhou na indústria cinematográfica entre os anos de 1943 e 1944. O interesse pela Sociologia surgiu nesse período, principalmente em decorrência do seu encontro com o sociólogo Denis Wrong, que o influenciou de maneira decisiva no início de sua trajetória intelectual. Goffman ingressou no curso de Sociologia da Universidade de Toronto no ano 1944. Logo após concluir a graduação, foi estudar na Universidade de Chicago, onde fez Mestrado e Doutorado. É inegável que a mudança para

1 Vale destacar o equívoco da tradução brasileira, uma vez que Presentation quer dizer “Apresentação” e não “Representação”. E sabemos que se trata de ideias bem diferentes.

2 Alguns pesquisadores costumam associar o interesse de Goffman pela chamada microsociologia e mesmo suas preocupações com as interações sociais à sua relação com a ciência responsável pelo estudo da composição, estrutura e propriedades da matéria. Porém, percebo que o despertar do gosto pela pesquisa social está relacionado ao período que trabalhou na produção de documentários. Tarefa que necessita um certo refinamento do olhar, no que diz respeito a uma leitura das expressividades humanas.

esta universidade marcou profundamente o desenvolvimento das ideias do sociólogo canadense, principalmente no que diz respeito a sua escolha teórica pelas interações sociais. Sua tese de doutorado defendida em 1953 intitulada *Communication conduct in an Island community*, já expunha de maneira contundente as suas escolhas teóricas, fazendo questão de esclarecer nas páginas iniciais de seu trabalho que a pesquisa que desenvolvera junto a uma comunidade de uma ilha na Escócia, não era o estudo de “uma comunidade”, mas um estudo das interações dos indivíduos no interior da comunidade.

Ao longo de sua trajetória intelectual, Goffman sofreu influência de inúmeros pensadores, apropriando-se e reelaborando ideias de George Simmel, Charles Cooley, Emile Durkheim, Radcliff-Brown, Alfred Schutz, e não gostava de ter seu trabalho associado a uma única vertente do pensamento; seja o interacionismo simbólico, a etnometodologia ou o construcionismo. Também sofreu influência de escritores como Marcel Proust, de onde extraiu técnicas de observação do comportamento humano e de filósofos como Jean-Paul Sartre, principalmente sua discussão em torno da liberdade humana. Como podemos notar, o manancial de ideias, de onde o sociólogo extraía sua matéria é extremamente diverso, condição que faz de Goffman um pensador a frente de sua época.

A seguir, apresentaremos alguns conceitos cruciais para o entendimento do pensamento do autor, destacando aqueles que se fazem presente nas obras “A Representação do EU na vida cotidiana” (1959/1975), “Estigma” (1975) e “Manicômios, prisões e conventos” (1974)

A “apresentação do EU” e as interações cotidianas

A Representação do EU na vida cotidiana foi certamente um dos trabalhos mais importantes do sociólogo canadense, não simplesmente por ser o primeiro livro, mas principalmente por apresentar a um público mais abrangente sua teoria da dramatização da vida cotidiana. Publicado a partir de sua tese de doutorado, o livro trouxe à baila conceitos fundamentais como “Indivíduo cínico”, “Indivíduo sincero”, “fachada”, “Realização dramática”, entre outros. De maneira resumida podemos sintetizar a ideia central do trabalho da seguinte forma: a sociedade é um grande teatro, onde nós, atores sociais, representamos, cotidianamente, diferentes papéis, alguns mais conscientes, outros nem tanto. A perspectiva da interação face-a-face é fundamental na análise goffmaniana, pois, é através do “ver e ser visto” que os indivíduos tem a possibilidade de organizar a melhor maneira de se apresentarem uns aos outros. Nessa troca comunicacional, o contexto em que se realiza a ação é extremamente importante, uma vez, que os atores se utilizam de repertórios diferenciados de símbolos com o intuito de transmitir determinadas informações. É nesse ponto que o conceito de “definição de situação”, de William I. Thomas, já problematizado anteriormente, possui um lugar de destaque na construção teórica do sociólogo canadense. Os atores não agem de maneira aleatória a partir de um jogo estímulo-resposta, eles têm a capacidade de se anteciparem e organizar mentalmente como deverão agir em determinadas situações.



Atenção

Saber definir a situação é fundamental para os indivíduos se entenderem em sociedade, porque se os mesmos não conseguissem interpretar as diferentes situações cotidianas, haveria um curto-circuito interacional, provocando situações embaraçosas e constrangedoras, como por exemplo, ir assistir aula de sunga de banho ou biquini, ou ainda ser convidado para um fim de semana na praia e aparecer de terno e gravata. Dotados dessa capacidade interpretativa não corremos o risco de “pagar esses micos”.

Goffman também chama atenção para equívocos na definição de situação, que ele traduz, a partir do conceito de “comunicação imprópria”, quando o indivíduo fala e se comporta de uma maneira como se estivesse em um lugar apropriado. Um caso emblemático para pensarmos essa situação é a gafe vivenciada por Boris Casoy, apresentador do telejornal da Rede Bandeirantes. Como se tratava do último dia do ano, o jornal exibia durante os seus intervalos flashes com pessoas de diferentes perfis, enviando mensagens de feliz ano novo. Após a exibição do vídeo onde dois garis enviavam as suas felicitações, o jornalista, que pensava estar em intervalo comercial, faz o seguinte comentário: “Que ‘m...’: dois lixeiros desejando felicidades do alto das suas vassouras. O mais baixo da escala do trabalho”. Todos os telespectadores ouviram em rede pública a falta de respeito do jornalista com dois profissionais da limpeza, situação que gerou, além de inúmeras críticas das diversas partes do país, uma multa ao apresentador e a emissora de TV. Em virtude de uma definição equivocada da situação, o apresentador se expôs publicamente angariando antipatia de milhões de brasileiros.

De acordo com Goffman, não se escapa do jogo das interações, mesmo os indivíduos que participam de reality shows e que afirmam estarem agindo de maneira verdadeira com o seu EU. Diz o sociólogo:

Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser (GOFFMAN, 2002, p.25).

No que diz respeito aos diferentes graus de envolvimento dos atores com o papel que executa, o sociólogo indica que existem dois extremos: em um deles se encontra o “indivíduo sincero”, o ator que está completamente imerso em seu próprio número, e que acredita que a impressão de realidade encenada é, de fato, a realidade. No outro extremo se encontra o “indivíduo cínico”, trata-se do indivíduo que não crê na sua própria atuação e não se importa com a imagem que o público forma a seu respeito. Goffman indica que, no caso do “cínico”, não se pode afirmar que ele engana a platéia visando uma espécie de auto-satisfação, é possível que estes venham a ludibriar o público pelo que julgam um bem a ser praticado. Isso é bastante comum entre os profissionais que precisam ser “cínicos” em algumas situações, pois sabem que o público espera que se comportem de tal modo. É o caso do nutricionista que receita uma dieta milagrosa para um paciente, mesmo sabendo que não vai funcionar, ou o dono de uma loja de roupas que vende peças baratas, porém com defeitos de fabricação.

Outro conceito fundamental presente no livro “A representação do Eu na vida cotidiana” é o de “fachada”. Como a própria expressão sugere, fachada é a das faces exteriores de uma construção arquitetônica, ou seja, a parte de uma casa ou de um prédio, que fica exposta aos olhares dos transeuntes. Goffman define fachada como “o equipamento expressivo do tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação”. (p. 29). Trata-se dos signos exteriores que manipulo – consciente ou não – visando provocar no outro da interação, uma determinada impressão organizada previamente. Com intuito de apresentar uma definição mais detalhada, o sociólogo desenvolveu três conceitos para problematizar a fachada social, são eles: o cenário, a aparência e a maneira. O primeiro diz respeito aos elementos cenográficos (móveis, decoração, disposição física) que compõem o pano de fundo para o desenrolar da ação. O cenário tende a permanecer na mesma posição, de modo que aqueles que o utilizam como parte de sua representação só possam iniciar o seu número quando estiverem devidamente situados, e, da mesma forma, só possam terminar o número após deixá-lo. A sala de aula com seus móveis, a disposição das cadeiras, o quadro negro, forma um cenário ideal para as representações dos papéis de professor e estudante. Já a “aparência” e a “maneira”, são os estímulos que formam a fachada pessoal. A primeira consiste nos estímulos que nos ajudam a definir o status social do

ator e os rituais temporários (se está numa atividade formal ou recreação, por exemplo). Já a “maneira” compreende os estímulos que informam sobre o papel de interação que o indivíduo espera desempenhar numa situação que se aproxima (p. 31). Por exemplo, agir de maneira arrogante ou agressiva pode sugerir que o indivíduo pretende demonstrar força e comando da situação, por outro lado, uma maneira humilde de se expressar pode dar a impressão de que o indivíduo espera ser comandado. Aparência e maneira não são elementos necessariamente conectados, apesar de que, na maioria das vezes, os atores são avaliados pela aparência, constroem-se representações estereotipadas sobre os mesmos, a partir dos caracteres que saltam aos olhos. Por exemplo, ao encontrar na rua um jovem tatuado e com piercings, muitos fazem uma avaliação moral negativa desse indivíduo a partir dos signos que carrega em seu corpo, porém, é possível que esse jovem faça parte de uma congregação religiosa e que realize trabalhos junto a comunidades carentes. Ou, por outro lado, quando o ator parece possuir um status social mais elevado que sua plateia e age de maneira humilde e acolhedora, desestabilizando uma representação apriorística que o definiria como uma pessoa arrogante, e que se valeria dos seus atributos intelectuais ou econômicos para provocar distinção.

Para pensar a performance dos atores em situação de interação, Goffman utiliza a noção de “realização dramática”. Trata-se da encenação gestualizada que visa suscitar no espectador determinada impressão, e que sem ela, poderiam se manter no anonimato. Se o indivíduo necessita que sua ação seja reconhecida como significativa, ele precisa dramatizar de tal forma que sua ação possa não deixar dúvidas sobre a imagem que pretende transmitir. Por exemplo, em uma partida de futebol a segurança e competência do árbitro são medidas não apenas a partir dos acertos e erros de arbitragem que ele possa vir a cometer, mas também a partir da maneira como ele toma suas decisões para apitar as infrações. Se ele age de maneira incisiva, “com pulso firme” é visto como um bom árbitro, e, ao contrário, se titubeia na hora de tomar as decisões e se cede à pressão dos jogadores, é visto como um mau árbitro. Logo, vemos como a dramatização é um componente indispensável na produção da auto-imagem do ator que a executa.

A mortificação do eu e a força das instituições totais

Publicado originalmente em 1961 com o título de *Asylums – Essays on the social situation of mental patients and other inmates*, *Manicômios, prisões e conventos* (1974) é outra obra basilar do pensamento goffmaniano. A discussão em torno da reclusão de internos em espaços fortemente disciplinados e os efeitos desses mecanismos segregacionistas na produção das subjetividades desses indivíduos, permitiu um diálogo interessante entre a sociologia, as Ciências Psi e as Ciências da saúde. Esse trabalho resulta de uma pesquisa de três anos sobre o comportamento nas enfermarias dos Institutos Nacionais do Centro Clínico de Saúde, cuja pesquisa de campo, que teve duração de um ano (1955-1956), foi realizada no Hospital Elizabeths, em Washington, Estados Unidos. Desse trabalho surgiram os conceitos “instituições totais”, e “mortificação do eu”, ideias que até hoje figuram em pesquisas que tem como foco a vida social do interno em espaços fortemente regulados.

Nas primeiras páginas de *Manicômios, prisões e conventos*, Goffman define instituição total da seguinte maneira:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um considerável período de tempo, levam uma vida fechada e fortemente administrada. (p.11)

De acordo com o autor, toda instituição tem característica de fechamento, mas umas são mais

fechadas do que outras. Por exemplo, a escola é uma instituição, mas os indivíduos que a frequentam sabem que ficarão apenas parte do seu tempo entre seus muros, mesmo que esta desenvolva suas atividades em tempo integral. Ao deixar o espaço escolar, o indivíduo é livre para frequentar outros espaços e ter contatos com pessoas diferentes daquelas que vê diariamente. Claro que isso não se aplica ao colégio interno, uma vez que este possui características do que Goffman define como instituição total. E quais são essas características? Para o autor, as instituições que possuem esse formato confrontam uma disposição básica moderna, à saber, as possibilidades de os indivíduos poderem brincar, trabalhar e dormir em locais diferentes, sob distintos regimes de autoridade, com diferentes co-participantes e sem um plano racional geral que oriente todas as atividades. As instituições totais subvertem essas características, pois nela todos os aspectos da vida se expressam no mesmo local, são organizados por uma mesma autoridade, as atividades diárias dos indivíduos acontecem em grupos com um número elevado de pessoas e todas elas são obrigadas a fazer as mesmas coisas, e todas as atividades diárias são estabelecidas por um rigorosa organização do tempo e, por fim, todas as atividades são reunidas em um único plano racional que atende as normas da instituição. Goffman também traçou uma espécie de subdivisão entre as instituições em nossa sociedade, e que se expressa da seguinte maneira: I) Instituições criadas para cuidar de pessoas, que são percebidas como incapazes e inofensivas, como abrigos para cegos, idosos, orfãos e indigentes. II) Estabelecimentos que cuidam de pessoas que são incapazes de cuidar de si mesmas e que também se apresentam como ameaça a comunidades, são os leprosários, os hospitais psiquiátricos, etc. III) Um terceiro tipo compreende locais que são organizados com o intuito de proteger a comunidade contra perigos intencionais, aqui a prisão é o exemplo clássico. IV) Há também os espaços que tem como objetivo principal realizar de maneira mais adequada possível algum tipo de trabalho, e que se justificam por uma finalidade tipicamente instrumental, são eles: quartéis, escolas internas, colônias, etc. V) E por fim, há os locais que servem como refúgios do mundo, monastérios, conventos, abadias, etc. Segundo Goffman essa classificação não possui uma finalidade analítica, ela é utilizada mais com objetivos de descrever alguns aspectos que permitem uma visualização concreta desses espaços, e deixa claro que muitas das características que ele descreve não são exclusivas das instituições totais e nenhuma parece compartilhada por todas elas.

Ao falar do mundo do interno, o sociólogo comenta que o mesmo adentra a instituição com elementos que caracterizam sua vida pregressa, que ele define como “cultura aparente”. Diz Goffman: “Qualquer que seja a estabilidade da organização pessoal do novato, era parte de um esquema mais amplo (...) um conjunto de experiência que confirmava uma concepção tolerável do eu” (p. 23). Desse modo, vemos se expressar um conflito iminente entre dois modelos de existência, um, visivelmente mais amplo, definido pela vida pré-instituição, e outro com várias limitações, a vida na instituição. Para o autor essas instituições não submetem esses indivíduos a um processo de aculturação ou assimilação, a substituição de uma cultura por outra, mas sim, um processo que ele define como “desculturamento”, que compreende uma perda gradativa do manejo com certas situações da vida cotidiana, uma certa incapacidade de enfrentar os desafios, isto é “um destreinamento”. É a partir desse processo de “apagamento” da vida pregressa que Goffman define o conceito de “mortificação do eu”.

“O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu” (p. 24).

O afastamento do mundo doméstico, ou seja, a barreira erigida entre o interno e o mundo externo é o primeiro fator que leva à mortificação do eu. A automatização da sequência das atividades desenvol-

vidas nas instituições faz com que o indivíduo não consiga diferenciar as mesmas, ou seja, o brincar, o estudar e o dormir fazem parte de um mesmo registro normativo. Há uma perturbação nos papéis que são fundamentais para a organização da experiência diária. Aos poucos os indivíduos vão se desvinculando dos seus papéis anteriores, e aprendem, de maneira dolorosa, que não há possibilidade de viver como anteriormente. Essa ruptura com a vida pregressa precisa ser feita o mais rápido possível, por isso que nos primeiros meses de internação, algumas instituições proíbem as visitas externas e as saídas do interno. O sociólogo também comenta sobre os ritos de entrada (processos de admissão) em certas instituições como experiências de mortificação do eu.

“Obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, (...) despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir as roupas da instituição (...) Os processos de admissão talvez pudessem ser denominados “arrumação” ou “programação”, pois, ao ser “enquadrado”, o novato admite ser conformado e codificado num objeto”... (25-26)

A relação dos indivíduos com os objetos pessoais é fundamental no processo de constituição do EU. Ao terem seus bens confiscados que vão desde itens de higiene pessoal, a roupas, sapatos, etc, estes perdem aquilo que Goffman chama de “estojo de identidade”. Nas instituições totais, as diferenças precisam ser apagadas. A homogeneização é um atributo indispensável ao funcionamento da ordem.

Há também formas de mortificação do Eu que estão relacionadas a violências sofridas na pele – mutilações diretas e permanentes do corpo. Apesar de Goffman esclarecer que tais desfigurações são características de instituições totais específicas, como os presídios e hospitais psiquiátricos, é inegável que a exposição a violências cotidianas, ou, pelo menos, a sensação de que estas podem acontecer a qualquer momento, fazem com que os indivíduos se sintam completamente desprotegidos e despossuídos de seus corpos, ou melhor, do controle pessoal sobre os mesmos. A exposição dos corpos a situações constrangedoras também fazem parte desse processo de apagamento do EU. Em nossa sociedade, há o reconhecimento de que determinadas posturas corporais são definidas, simbolicamente, como inferiores, por exemplo, ficar de joelhos, manter a cabeça baixa em determinadas situações, etc. Em muitas dessas instituições há constantes rituais de sofrimento, que tem como objetivo não somente a imputação de um castigo físico aos internos, mas principalmente deixar claro para o interno que há uma hierarquia. E os rituais de sofrimento não se limitam ao investimento violento sobre os corpos, como ajoelhar sobre os carcos de milho, estender a mão para ser açoitado com palmatória, ser forçado a ter relações sexuais com as autoridades em questão. Goffman também esclarece que há outras formas de aniquilamento simbólico, além de manter o corpo em posição humilhante, “o indivíduo pode também ser obrigado a dar respostas verbais também humilhantes” (p.29). Ver-se forçado a ter que se dirigir à equipe diretora como “senhor”, mendigar um copo d’água ou a permissão para dar um telefonema, etc.

A mortificação indireta do EU também foi abordada pelo sociólogo, e consiste numa espécie de desfiguração que não pode ser avaliada de forma clara pelos sujeitos, trata-se de “uma perturbação na relação usual entre o indivíduo e seus atos” (p.40). Entre os tipos de perturbação destaca-se o “circuito”, que consiste na criação de uma resposta defensiva do internado que, posteriormente, será utilizada como justifica para ataques; a “arregimentação e a tiranização” que compreende o processo de vigilância exagerada aos menores atos do interno.

A produção social do estigma

Publicado em 1963, Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada dá continuidade ao estudo de Goffman sobre processos de mortificação do EU, discutido em Manicômios, prisões e con-

ventos. Como o próprio título sugere, a ideia é analisar os processos de inaceitabilidade social, a partir de um estudo sobre as marcas corporais e sociais que dão a indivíduos e grupos status de inferioridade, separando-os entre normais e anormais, puros e impuros, morais e amorais, etc. A preocupação do sociólogo tem como eixo a relação entre estigma e desvio, onde ambos os conceitos aparecem como bastante próximo. Categorizar um grupo como desviante é marcá-lo como uma insignia social, que os coloca fora do campo da normalidade. Logo trata-se de um processo de estigmatização.



Atenção

“Categorizar um grupo como desviante é marcá-lo como uma insignia social, que os coloca fora do campo da normalidade. Logo trata-se de um processo de estigmatização.”

No início do texto o autor contextualiza que a noção de estigma não é recente, e atribui a criação da noção aos gregos. Tratava-se de sinais corporais que demarcavam uma condição extraordinária ou de maldade no indivíduo que a possuísse, sinais esses que eram feitos com cortes ou através de queimaduras, geralmente no rosto. O objetivo era informar a população sobre o status daquela pessoa, que podia ser um escravo, um criminoso ou um traidor, uma pessoa impura, que deveria ser evitada. Na era cristã, duas outras concepções apareceram: uma religiosa, outra médica. A primeira compreendia os sinais corporais que apareciam sobre a pele dos fiéis e eram percebidos como produtos da graça divina e a segunda se tratava de uma alusão médica a esse fenômeno religioso, porém, a origem dessas marcas era atribuída a distúrbios físicos.

Segundo Goffman a sociedade categoriza as pessoas a partir de critérios estabelecidos dentro de uma perspectiva do que seria “comum” e “natural” entre todas elas. Aqueles que fogem dessas prerrogativas são considerados desviantes, logo, passam a ser portadores de estigmas. O sociólogo indica que o processo de rotulação acontece sempre que somos colocados diante de um estranho. Passamos a julgar seus atributos e definir sua identidade social a partir de pré-concepções, que posteriormente se transforma em expectativas normativas. O que avaliamos, na verdade, é um retrospecto em potencial, uma identidade virtual que é reforçada quando algumas das expectativas do agente julgador se concretiza. Por exemplo, garotos pobres e negros perambulando pelas ruas de um bairro luxuoso em qualquer parte do país são analisados quase sempre como seres dotados de periculosidade, desviantes em potencial, mesmo por aqueles que não possuem nenhuma informação concreta sobre a vida daquelas pessoas. Utiliza-se de atributos como cor da pele, vestimentas, gestualidade, como elementos definidores dessa condição de periculosidade. Quando algum indivíduo que carrega essas marcas, encarna, de fato, o personagem e comete algum delito, essa identidade que antes era virtual é reforçada e a profecia se cumpre. Projetam-se as expectativas no jovem e se espera que ele as preencha, se ele não vier a preenchê-las, outros preencherão, é desse modo que pré-conceitos são cristalizados.

O sociólogo esclarece que o estigma não é avaliado pela interpretação da marca em si. Não existe uma periculosidade, uma maldade ou o que seja inerente a um sinal, seja ele qual for. A avaliação depreciativa tem sempre, como referência, uma linguagem de relações e não de atributos. “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem horroroso, nem desonroso” (GOFFMAN,). Ao refletir sobre esse pressuposto fundamental no processo de rotulação dos indivíduos, Goffman se aproxima das análises desenvolvida por Howard Becker em seu livro *“Outsiders – estudos da sociologia do desvio”*³. Nesse livro, Becker analisa o desvio social numa pers-

3 Há muitas coincidências entre os livros de Goffman e Becker, a principal delas é o fato de ambos terem sido publicados em 1963. Mas também é importante destacar que ambos sociólogos estudaram na Universidade de Chicago e foram contemporâneos, logo foram instruídos pelos mesmos professores.

pectiva sociológica, criticando a perspectiva que percebe tal fenômeno como uma patologia passível de cura. O outsider na definição de Becker (1963/2008 “é aquele que se desvia da regra do grupo”.(p.17). Perceber a produção do estigma numa perspectiva relacional é fundamental para uma compreensão mais profunda do fenômeno. Goffman cita, por exemplo, que nos Estados Unidos indivíduos que ocupam cargos de destaque e que não possuem ensino superior precisam esconder esse detalhe para não serem mal vistos, ao passo que aqueles que ocupam cargos considerados “menores” ou de “menor importância” e que possuem curso superior, escondem essa informação temendo ser avaliados como fracassados. Por isso, em pesquisa social, devemos sempre perguntar de “onde se fala” e “quem fala”.

Com intuito de traçar um panorama mais detalhado sobre a produção do estigma nas relações cotidianas, o sociólogo apresenta algumas categorias-chave para a compreensão do processo de rotulação dos indivíduos como a diferenciação entre “o desacreditado” e o “desacreditável”. O que define esses dois perfis é o jogo entre a identidade social real e a identidade virtual, sendo a identidade real aquela que apresentamos ao interagirmos diretamente com o outro da relação, e a virtual, a identidade abstrata, construída a partir de expectativas feitas a nosso respeito. O desacreditado é o indivíduo que possui alguma marca visível (seja ela física ou moral) geradora de estigma, já o desacreditável é aquele cuja marca geradora do estigma não é aparente, podendo ser dissimulada.

O conceito de “carreira moral” também se faz presente nesse trabalho de Goffman, noção que já havia desenvolvido no livro *Manicômios, prisões e conventos*. Trata-se de um conjunto de mudanças significativas que produzem alterações nas identidades e impactam diretamente na maneira como os indivíduos percebem os outros e a si mesmo. As pessoas que tem um estigma semelhante, diz o sociólogo:

(...) tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu - uma “carreira moral” semelhante, que não só causa como efeito do compromisso com uma sequência semelhante de ajustamentos pessoais. (p.30)

Um dos pontos importantes nesse processo de aprendizado é a maneira como os indivíduos estigmatizados introjetam o ponto de vista dos normais, reconhecendo a sua condição como desviante, “adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma idéia geral do que significa possuir um estigma particular (ibid). Outra fase apontada pelo autor compreende aquele momento que ele entende que possui um estigma particular e que reconhece as consequências de possuí-lo.



Atenção

É importante destacar que o termo microsociologia atribuído ao trabalho de Goffman, não é sinônimo de uma sociologia que se preocupa com fenômenos “menos importantes” em oposição àqueles que são “mais importantes”, objetos da macrosociologia. A expressão “micro” corresponde à predileção do autor por aspectos da vida social que se encontram, muitas vezes, encobertos por ideias mais amplas como sistema e/ou estrutura. Assim como grande parte dos intelectuais da época, Goffman também estava preocupado com o problema da ordem social, porém, buscava compreender esta a partir do estudo das interações cotidianas, ou melhor, dos mecanismos que as sustentam.

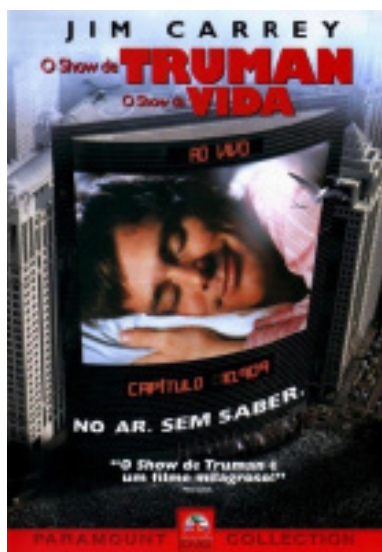


Leia mais

Antene-se

Para uma melhor compreensão da vertente teórica microsociológica conferir o weblog:
<http://leiturasociologica.wordpress.com/a-microsociologia-na-formacao-dos-grupos-sociais-e-seus-efeitos-sobre-as-estruturas-sociais/>

Para a melhor apreensão de algumas ideias centrais do trabalho de Erving Goffman, como aquelas discutidas nos livros “A representação do Eu na vida cotidiana” e “Manicômios, prisões e conventos”, conferir as seguintes produções cinematográficas:

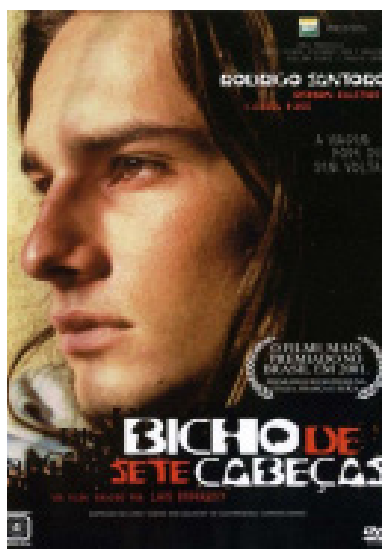


O show de Truman (The Truman Show – 1998)

Direção: Peter Weir

Truman Burbank é um cidadão comum que tem a sua vida transmitida ao vivo 24 horas por dia em um programa de TV, para bilhões de expectadores, porém não sabe que vive dentro de um reality show. Quando começa a desconfiar ele decide ir até as últimas consequências para descobrir a verdade sobre sua vida.

<http://www.minhasinsignificantesobservacoes.com/2013/03/show-de-truman.html>



Bicho de Sete cabeças (2000)

Direção: Laís Bodanzky

O filme conta a história de Neto, um jovem que é internado em um hospital psiquiátrico, porque seu pai encontra um cigarro de maconha no bolso do seu casaco. Nesse hospital, Neto é submetido a inúmeras torturas cujo intuito é a cura do vício.

<http://pautadupla.blogspot.com.br/2011/12/resenha-do-filme-bicho-de-sete-cabecas.html>



Exercício

- Escolha o diálogo de um filme, livro ou novela e descreva a ação dos personagens a partir dos conceitos desenvolvidos por Goffman em "A representação do Eu na vida cotidiana".
- Aponte situações cotidianas onde é possível operacionalizar a categoria de estigma.



Referências

- BECKER, H. Outsiders – Estudos de Sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- _____. Conferência; A Escola de Chicago. In Mana; Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro. PPGAS-MN_UFRJ. 1996. pp 177-188.
- COULON, A. A escola de Chicago. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- GOFFMAN, E. A Representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004 (1975).
- _____. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982 (1975).
- _____. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- NUNES, Jordão Horta. Interacionismo simbólico e dramaturgia: a sociologia de Goffman. São Paulo: Associação editorial Humanitas; Goiânia: Editora UFG, 2005.

3

Unidade:

FUNCIONALISMO



Metas de aula

Nesta unidade serão discutidas as premissas fundamentais do funcionalismo, da tradição antropológica ao desdobramento na sociologia americana, através do pensamento de Robert K. Merton e de sua Teoria de médio alcance.

Funcionalismo

No capítulo anterior aprendemos que a Sociologia americana, no início do século XX, teve uma forte base empírica, principalmente pela influência do interacionismo simbólico e seu método voltado para a descrição minuciosa das ações em contexto de interação. Porém, nem todos embarcaram na caravana interacionista, houve um grupo de pesquisadores que resolveram trilhar um outro caminho, buscando a consolidação de um projeto teórico-analítico mais voltado para uma compreensão totalizante dos fenômenos sociais. Um retorno à perspectiva durkheimiana, principalmente da perspectiva que pensa a sociedade como um organismo vivo, cujas partes cumprem funções úteis para a manutenção do todo. O funcionalismo foi, certamente, ao lado do interacionismo, a mais potente expressão da sociologia americana.

Como outras correntes do pensamento sociológico, o funcionalismo possui seus desdobramentos, mesmo que haja um núcleo duro, de onde se originaram as primeiras ideias, houve diferentes apropriações, rupturas e continuidades. Entre as principais vertentes dessa perspectiva teórica podemos destacar o “funcionalismo absoluto”, cujos grandes representantes estão situados no campo da Antropologia, como B. Malinowski, A.R. Radcliffe-Brown e C.Kluckhohn); o estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons e o funcionalismo moderado de Robert K. Merton. Nosso passeio pelo funcionalismo terá, como objetivo principal, um mergulho no estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons, porém, antes de adentrarmos nos pormenores das mesmas, entendemos que é importante tecer breves comentários sobre as outras duas vertentes, para podermos situar a teoria parsoniana entre os diferentes funcionalismo existentes.

O funcionalismo numa perspectiva antropológica – as contribuições de Malinowski e Radcliffe-Brown.

Na antropologia, o funcionalismo está relacionado à escola inglesa, de onde se destacam os nomes de B. Malinowski e A. Radcliffe-Brown. Esses autores iniciaram um verdadeiro levante contra as teorias evolucionistas nas Ciências humanas, que, apoiadas na perspectiva darwiniana, defendiam a existência de uma linha evolutiva, que ia do estágio primitivo até o civilizado. Ao se debruçar sobre os fatos culturais das distintas sociedades tribais, perceberam que as práticas dessas populações se relacionam com um sistema mais amplo, que organiza, estrutura e regula a vida das mesmas. Logo, as práticas são dotadas de funcionalidade, elas existem porque cumprem um papel importante. Ao analisar a magia entre os trobriandeses, o polonês Bronislaw Malinowski rejeitou as explicações históricas que a definia como um resquício do passado. Para ele, esta tinha um papel decisivo na manutenção da vida daquela sociedade. Ritos que são considerados agressivos para nós ocidentais - como os de passagem - também possuem sua função. Se um jovem precisa ser submetido a provas de coragem que o leva a exaustão é porque este rito é importante para a coletividade. Malinowski defendia o pressuposto (durkheimiano) de que a sociedade forma um todo, cujas partes desempenham uma função para manter o equilíbrio do conjunto.

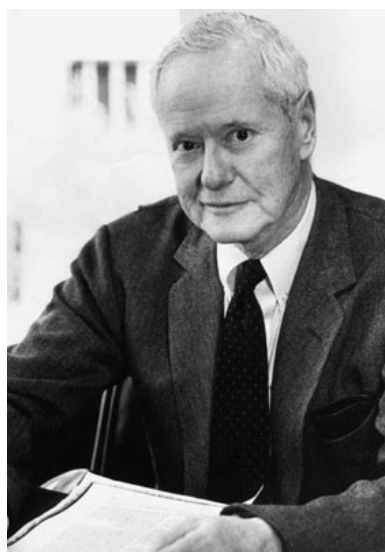
Radcliffe-Brown foi fortemente influenciado por Durkheim e Mauss, e assim como Malinowski,

deixou sua marca nas primeiras teses funcionalistas. Diferente do colega polonês, Radcliffe-Brown não era muito afeito à pesquisa de campo, o que o aproximava ainda mais da perspectiva sociológica. Sua ambição teórica tinha como eixo a fundação de uma antropologia social que funcionasse como uma teoria comparativa das formas de vida social dos povos primitivos. Também desenvolveu pesquisas que comprovam a eficácia de determinadas práticas para a regulação da vida social. Em seu livro *Estrutura e função na sociedade primitiva* (1952), ele explica que determinadas relações de evitação entre membros de família se sustentam em decorrência do temor de conflitos familiares.

Um outro ponto a ser destacado dessa vertente antropológica é a visão sistêmica utilizada na análise da cultura. Para os funcionalistas, a cultura deve ser analisada não a partir de uma busca de suas origens (natureza) ou de sua história, mas sim a partir da lógica do sistema que define a cultura em questão. Apesar de ter em Malinowski e em Radcliffe-Brown os seus grandes representantes, é inegável que os grandes mentores intelectuais dessa empreitada foram Spencer e Durkheim. O primeiro, pelo desenvolvimento da perspectiva organicista (a sociedade é um organismo vivo) e o segundo pelas ideias de função e integração social.

Robert Merton: a teoria funcionalista de médio alcance

Cronologicamente, seria mais coerente introduzir o pensamento de Talcott Parsons antes de Robert Merton, porém, como dedicaremos maior esforço na discussão do funcionalismo parsoniano, entendo que podemos fazer o movimento inverso.



Robert King Merton é um sociólogo estadunidense e que ao lado de Talcott Parsons foi o maior representante do estrutural-funcionalismo na disciplina sociológica. Apesar de ter estudado em Harvard, a mesma universidade frequentada por Parsons, e de ter bebido na fonte do funcionalismo, Merton escreveu seu capítulo na história do funcionalismo de maneira autônoma. Pesquisador arguto, estudou uma diversidade de temas como: burocracia, comunicações de massa, medicina, entre outros. O sociólogo acreditava que a sociologia não deveria se preocupar em dar explicações universalizantes sobre os fenômenos sociais e que “deveria se restringir a um conjunto de concepções logicamente ligadas entre si, e de alcance não universal” (MERTON apud LALLEMENT, 2008, p.131). Merton defende uma perspectiva que ele denomina como Teoria de médio alcance.

http://en.wikipedia.org/wiki/Robert_K._Merton

Uma teoria que deve se localizar no intermezzo entre as pequenas hipóteses que surgem de maneira abundante durante a pesquisa de campo e àquelas que pretendem oferecer quadros explicativos mais amplos sobre organização e mudança social. Uma teoria que reconhece suas limitações e busca, também, explicar aspectos limitados dos fenômenos sociais.

Uma das grandes críticas do sociólogo recai sobre o conceito de função, ideia que é um dos pilares da teoria parsoniana. Uma delas compreende à maneira vaga como ela é empregada. Trata-se de uma palavra que sugere diversas interpretações, que vai desde a linguagem usual, até as definições apresentadas pelas diversas áreas do saber. A outra grande indisposição de Merton abarca o conceito de função da forma como foi desenvolvido pela Antropologia, que, segundo ele, repousa em três postulados que

“são tão discutíveis como inúteis” (LALLEMENT, 2008, P. 133), são eles:

- A idéia de que os elementos culturais e as práticas sociais são importantes para o funcionamento do todo. Merton observa, que costumes e sentimentos podem ter uma função para certos grupos, mas não para outros. Não existe uma única função para uma instituição, seja ela qual for.

- O postulado do funcionalismo universal, em que todos os elementos sociais ou culturais padronizados possuem, necessariamente, uma função positiva. De acordo com o sociólogo, uma prática social pode ser funcional por um lado e disfuncional por outro. É assim que analisa o papel das prisões em nossa sociedade, ao mesmo tempo em que ela atua na punição dos criminosos e na manutenção da segurança em nossa sociedade, também pode funcionar como um reduto de criminalidade.

- O último postulado criticado por Merton é o da necessidade. A ideia de que certas funções são necessárias a vida social e que certas formas sociais e culturais também são necessárias. Para Merton, existem equivalentes e substitutos funcionais. Uma instituição pode substituir outra com intuito de realizar a mesma função.

Como reformador do paradigma funcionalista, Merton trouxe contribuições significativas para a análise da vida social e, uma das mais importantes, compreende a crítica direcionada à ideia de função numa perspectiva unilateral. Inspirado numa distinção freudiana, o sociólogo americano se utilizou dos conceitos de função latente e função manifesta para confrontar o funcionalismo abraçado pelos antropólogos. Para Merton, uma instituição social pode ter funções latentes (não conscientes) e que diferem das funções que são desejadas conscientemente. Ao analisar as funções do consumo, ele exemplifica melhor a diferença entre funções latentes e funções manifestas. Foi Veblen¹ o primeiro pensador a chamar atenção para as funções latentes do consumo de bens, apesar de não fazer menção a estes conceitos. Para este autor, as pessoas compram coisas caras menos pelo fato de serem melhores, mas principalmente por serem caras. A aquisição de bens diferenciados garantem prestígio social, e isso seria uma das funções latentes do comportamento de consumo. Apesar de não negar a importância da função manifesta, que está relacionada à satisfação objetiva de uma necessidade, Veblen prioriza a primeira. Merton desenvolve uma análise muito próxima daquela desenvolvida por Veblen, no que diz respeito ao consumo, porém a estende a outros fenômenos da vida social.

Outros conceitos importantes no quadro conceitual de R. Merton são os de “frustração relativa” e “predição criadora”. O conceito de frustração relativa foi desenvolvido a partir dos estudos que o sociólogo desenvolveu sobre grupos. Ao se apropriar de um estudo empírico realizado entre 1941 e 1945, por Samuel Stouffer², chamado *American Soldier*, que almejava entender as atitudes dos soldados americanos nos mais diversos domínios e a partir de variáveis como idade, grau de instrução, raça, estado civil, entre outras, Merton, chegou a conclusão que o fenômeno da frustração é construído numa perspectiva relacional. Ou seja, “as pessoas se comparam ou com as pessoas que elas conhecem e que se acham na mesma posição, ou com outros que estão em posição similar, em certas facetas, e diferentes em outras” (MERTON apud LALLEMENT, 2008, p. 137). Ele conclui que na força aérea, promoções rápidas são percebidas pelos aviadores com relativa insatisfação, ao passo que no exército, as promoções lentas suscitam maior satisfação. A explicação de Merton é que a forte mobilidade presente na força aérea faz com que os

1 Thorstein B. Veblen (1857 -1929), economista e sociólogo estadunidense e um dos fundadores da New School for Social Research. Em obra mais conhecida, *The Theory of the Leisure Class* (A Teoria da Classe Ociosa) publicada em 1889, Veblen discute o aparecimento da classe ociosa, que segundo o economista possui relação com o início da propriedade. A origem da propriedade traz mudanças significativas nos hábitos sociais, instaurando um comportamento de consumo competitivo. O consumo de objeto passa a estar relacionado à aquisição de prestígio social.

2 Sociólogo estadunidense e um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento das técnicas de pesquisa conhecidas como Survey. Lecionou nas Universidades de Chicago e Havard.

indivíduos tenham aumentadas suas expectativas em torno das promoções, que, necessariamente, não irão se concretizar. Os que não alcançarem tal feito certamente ficarão mais insatisfeitos do que aqueles soldados de outras corporações, cujas esperanças de promoção são mais restritas.

Já o conceito de “predição criadora” tem influência das ideias desenvolvidas por William I. Thomas, principalmente o conceito de definição de situação e sua máxima “Quando os seres humanos consideram certas situações como reais, elas são reais em suas consequências”. A predição criadora tem origem com uma definição falsa da situação, que provoca um comportamento novo, tornando verdadeira a concepção originalmente falsa. Merton se valeu desse conceito para problematizar as dinâmicas dos conflitos étnicos e raciais na América, principalmente a relação entre brancos e negros nos Estados Unidos na primeira metade do século XX. Na perspectiva de Merton, os preconceitos fundamentados em um suposto desinteresse dos negros em relação a uma cultura do trabalho institucionalizado e traduzidos em frases como: “o negro é furador de greve”, “o negro com seu nível de vida inferior” aceita sem discutir salários baixíssimos” ou ainda “o negro é um traidor da classe operária” são produtos de fatos que foram criados pelos próprios sindicalistas brancos, pois são eles que excluem os negros dos sindicatos. Como eles não criam condições que permitam os negros apresentarem uma outra versão dos fatos, continuam a reproduzir ideias de fatos que eles mesmos ajudaram a construir.

Após esse breve resumo das diferentes abordagens funcionalistas construídas pela tradição antropológica via Malinowski e Radcliffe- Brown e pela tradição sociológica via Robert K. Merton, abordaremos algumas ideias centrais do pensamento daquele que é considerado por muitos o maior sociólogo americano de todos os tempos: Talcott Parsons.



Atenção

A grande referência sociológica do pensamento funcionalista foi Emile Durkheim. Logo, para entender as principais ideias dessa escola de pensamento, é imprescindível um conhecimento prévio sobre a obra do sociólogo francês, especialmente do livro “Da divisão do trabalho social” (1893), onde o autor desenvolve o respectivo conceito, a partir do aspecto funcional que este representa para a manutenção da vida social. A divisão do trabalho para o sociólogo é imprescindível para a coesão social, pois a interdependência entre os indivíduos é garantida justamente pelas diferenciações das atividades que cada um vem a desenvolver.

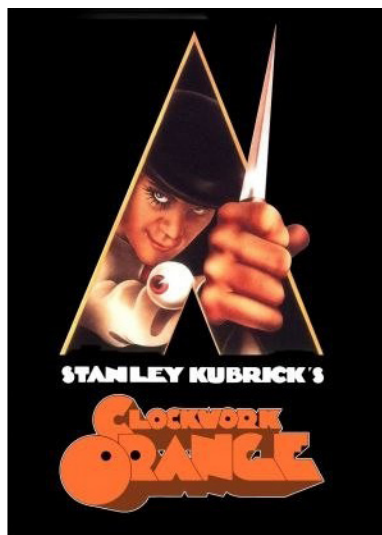


Leia mais

Antene-se:

Uma explanação interessante do paradigma funcionalista atrelado ao fenômeno da educação, pode ser encontrada no site: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/emile-durkheim-307266.shtml>

Filmes que retratam realidades distópicas, como aquelas vivenciadas por sociedades que vivem sob regimes totalitários podem ser excelentes materiais para o estudo do funcionalismo. Laranja mecânica do diretor visionário Stanley Kubrick, pode ser útil para entendermos os limites da punição, enquanto ação cuja função está relacionada a manutenção do controle social.



Laranja Mecânica (Clockwork Orange – 1971)

O filme adaptado do romance de Anthony Burgess (1962) se passa na Inglaterra em um contexto futurístico. É nesse cenário que Alex de Large e sua gangue (Os drugues) realizam os mais diversos crimes usando de violência extrema em muitos deles. Tudo muda quando Alex é detido e se submete a um programa de reabilitação para criminosos.

<http://imagesci.com/a-clockwork-orange-movie-20528-hd-wallpapers.html>

O sociólogo Robert Merton analisou a função do consumo por intermédio das categorias “função latente” e “função manifesta”. Que outros fenômenos sociais poderíamos ler a partir dessas ferramentas conceituais?



Referências

- DOMINGUES, J.M. Teorias Sociológicas no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LALLEMENT, M. História das idéias sociológicas – de Parsons aos contemporâneos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.
- MERTON, Robert King. Teoría y estructura sociales. 4. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

4

Unidade:

O ESTRUTURAL-
FUNCIONALISMO DE
TALCOTT PARSONS

O Estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons



Metas de aula

Nesta unidade, o estudante poderá acessar algumas ideias que estão no centro da teoria dos sistemas sociais e da Teoria da ação, ambas desenvolvidas por Talcott Parsons.

Parsons e a síntese teórica



Certamente o nome de Talcott Parsons figura como a mais importante referência do funcionalismo de tradição sociológica. Doutor pela Universidade de Heidelberg (Alemanha) em 1927, a mesma que Max Weber frequentou como estudante e posteriormente como professor - Parsons foi um teórico como poucos. Sua trajetória inortodoxa (Biologia, Filosofia, Economia, Sociologia) nos permite entender a ambição investida em seu projeto teórico-metodológico, que segundo o mesmo se tratava de uma “análise teórica generalizada dos fenômenos da ação humana, com especial interesse por seus aspectos sociais, isto é a teoria do sistema social” (PARSONS apud QUINTANEIRO, 2002, p.11). Parsons tinha como objetivo apresentar uma grande síntese teórica, uma teoria robusta, que pudesse dar conta da complexidade presente nos fenômenos sociais.

<http://biography13.com/talcott-parsons-biography-profile-childhood-personal-life.html>

Após ter cursado Biologia na Universidade de Amherst, onde também se aproximou da Filosofia e da Literatura, e de uma passagem pela London School of Economics, onde teve contato com a obra do antropólogo B. Malinowski, Parsons obteve uma bolsa de estudos para a Universidade de Heidelberg. Foi nessa instituição que seu interesse pela Sociologia veio à tona, principalmente em virtude do contato com a obra de Max Weber. O fato curioso é que, antes dessa experiência na Alemanha, Parsons não possuía nenhuma referência sobre Max Weber, que o mesmo afirmara não ter ouvido falar nem nos Estados Unidos, nem em Londres. Foi ele o primeiro tradutor de *A Ética protestante e o espírito do capitalismo* nos Estados Unidos, em 1930. O impacto dessa obra foi tão decisiva em trajetória intelectual que sua tese de doutorado investigou o conceito de capitalismo na literatura alemã da época.

Ao retornar para os Estados Unidos, inicia seu ambicioso projeto teórico, inicialmente buscando traçar relações entre a Sociologia e Economia, para esse intento, volta-se para o estudo das obras de Vilfredo Pareto e Albert Marshall e posteriormente incluindo as obras de Emile Durkheim e Max Weber. O resultado dessa empreitada foi transformado em seu primeiro livro *The Structure of Social Action*, publicado em 1937, uma década após seu ingresso como professor na Universidade de Harvard.

Já no Departamento de Sociologia dessa instituição, Parsons dá início a uma pesquisa sobre as profissões, estas encaradas como fenômenos sociais, onde se deteve com maior afinco no estudo da profissão médica. De acordo com o sociólogo, a busca por tal profissão não podia ser explicada somente a partir de uma procura racional organizada pelas leis de mercado, pois havia outros fatores em jogo como a relação entre o conhecimento científico e a ação no sentido prático; os fatores não racionais da ação nos processos de interação, como figura no caso médico-paciente, etc.

Na década de 1940 foi admitido para o Instituto Psicanalítico de Boston. O contato com a obra freudiana foi fundamental na produção dos seus escritos posteriores, principalmente aqueles voltados para uma sociologia da família e seus estudos sobre os processos de internalização e institucionalização. A ideia era buscar conexões possíveis entre teoria psicanalítica e as teorias sociológicas de Weber e Durkheim, sem perder de vista a relação com sua noção de sistema. Idéia essa que, ao lado de função, é imprescindível para a compreensão do projeto teórico desenvolvido pelo sociólogo americano. O conceito de sistema, proveniente da mecânica e da físico-química, deu a Parsons a possibilidade de construir um modelo que englobasse, tanto características orgânicas dos seres humanos, como elementos socio-culturais. O sociólogo entendia que os fenômenos sociais eram demasiadamente complexos para serem traduzidos somente a partir de uma chave explicativa, seja a história ou a cultura. Daí a sua obsessão em buscar elementos explicativos em outros campos do saber como a Biologia e a Psicologia. “Parsons acreditava na existência de uma continuidade fundamental da sociedade e da cultura como parte de uma teoria mais geral da evolução dos seres vivos” (QUINTANEIRO, 2002, p.15).

Uma das mais importantes contribuições de Parsons às Ciências Sociais, certamente, foi a sua teoria da ação que ficamos conhecendo através dos livros *Sistemas sociais* e *a evolução da Teoria da ação* (1977) e *Teoria da ação e a condição humana* (1978). Sua proposta destaca a relação entre ação e estrutura, mostrando a importância de normas e valores como elementos que constroem e condicionam condutas individuais e coletivas, sem perder de vista o papel do interesse, racionalmente orientado na explicação da ação social. Nem o fato social durkheimiano, nem a ação weberiana. Parsons buscava uma síntese que pudesse apresentar uma melhor explicação dos fenômenos sociais.

A obra de Parsons pode ser dividida em três momentos distintos: o primeiro corresponde ao seu primeiro livro *A estrutura da ação social* (1937), onde o autor se situa dentro da tradição sociológica e desenvolve sua metodologia. A crítica ao individualismo utilitarista - que pensa os interesses dos indivíduos como elementos descolados de outros elementos sociais - é a mola propulsora desse trabalho. É nele que Parsons apresenta a sua síntese, relacionando ideias de Weber, Durkheim e Pareto. O segundo momento compreende as suas publicações de 1951, onde se destaca o livro *O Sistema Social*. Nesse trabalho, além de expandir o conjunto de preocupações já presentes no primeiro ensaio, Parsons discute, tanto “os elementos básicos da vida social, quanto os processos de mudança e permanência de maior envergadura dentro de uma perspectiva histórica” (DOMINGUES, 2004, p.42).

Sociologia como ciência da ação

Influenciado pelo economista Alfred Marshall e os fundadores da Sociologia Emile Durkheim, Vilfredo Pareto e Max Weber, Parsons procura inicialmente explicar a ação como uma produção intencional, mas não se trata de uma visão subjetivista ou utilitarista. Para o sociólogo, a ação é produto das escolhas dos indivíduos, mas essas escolhas não são produções puramente individuais, elas decorrem de um estoque de conhecimento acumulado. As opções que os indivíduos dispõem e que orientam essas ações estão ligadas a um conjunto de símbolos que são compartilhados entre os atores, logo, trata-se também de uma produção coletiva. Elas também se inscrevem em uma rede de normas mais amplas, constitutivas da estrutura da sociedade. A Sociologia é definida por Parsons como: “a ciência que tenta construir uma teoria analítica dos sistemas de ação social, na medida em que é possível compreender esses sistemas, a partir da natureza de integração com base em valores comuns (PARSONS apud LALLEMENT, 2008, p.117).

A preocupação central de Parsons na criação dessa “teoria social da ação” é tentar resolver o impasse da relação indivíduo e sociedade. As questões colocadas pelo sociólogo questionam a possibilidade manutenção da vida social uma vez que o indivíduo é a unidade fundamental da ação. Como pensar, por exemplo, a organização de um sistema democrático de regulamentação das condutas se este pode

confrontar os interesses individuais?

Com o intuito de demonstrar empiricamente a assertiva de que os fundamentos da ação social se inscrevem em uma rede de normas constitutivas da estrutura da sociedade, Parsons desenvolveu um estudo a respeito das profissões, com o intuito de saber quais os elementos que estão na base de uma escolha profissional. Recolhendo certos aspectos que caracterizam a família americana, o sociólogo estabeleceu uma relação entre estrutura de parentesco e estrutura profissional, mostrando que estas possuem pouca influência na atribuição de um status nos EUA, pois, os modelos e ideias estão assentados sobre a lógica da competitividade.

Sistema social – personalidade, cultura e sociedade

Em *The Social System* (O sistema social), Parsons continua dirigindo sua atenção para a ação, porém, o objetivo principal desse trabalho é desenvolver um conceito de sistema social. Para o sociólogo, esse sistema é constituído pela interação direta ou indireta entre seres humanos e que é mediada por intermédio de símbolos, que fazem parte da cultura da qual participam. É importante destacar que, sistema social e sociedade são conceitos distintos em Parsons. Para haver sistema estruturado é necessário que haja apenas a interação entre duas pessoas, ao passo que a sociedade é uma rede complexa, formada por vários sistemas sociais. Um sistema social caracterizado como simples é construído a partir de uma relação entre dois agentes que se conectam, em decorrência de expectativas investidas mutuamente. Quintaneiro (2002) nos dá um ótimo exemplo para entendermos a noção de sistema social:

“Um estudante pode ter, no professor, o meio de chegar à sua meta – obter um grau universitário – e, para aquele, ensinar e preparar o estudante profissionalmente é parte do conteúdo do seu papel estabelecido cultural e socialmente, para o qual espera-se que esteja motivado e conforme. Logo, ensinar e ser aprovado são fins distintos, embora nesse caso interdependentes. Isto sustenta as expectativas de conduta que estudante e mestre possuem mutuamente. (p. 99)

Para uma melhor explanação da sua noção de sistema social, Parsons destaca a tríade “personalidade, cultura e sociedade”. O primeiro elemento é traduzido sociologicamente como papel social, é ele que estabelece os critérios de comportamento e de julgamento que se expressam em um contexto de interação. Já a cultura compreende o conjunto de valores e símbolos que orientam a ação dos indivíduos numa interação. Já a sociedade, garante a integração desses elementos.

Parsons destaca outros componentes subjacentes ao sistema da ação, são as chamadas “variáveis de configuração”, trata-se de dicotomias que se impõem ao ator, fazendo com que este escolha um dos seus termos, são elas:

1. Afetividade e neutralidade – O ator pode se deixar guiar por seus sentimentos, ou, ao contrário, bloquear as manifestações de afeto. Exemplo: Numa sala de aula, o estudante grita com o professor, questionando sua nota baixa, o professor tem a possibilidade de responder o estudante de maneira semelhante ou, simplesmente, ignorar o posicionamento do mesmo, respondendo-lhe calmamente.
2. Coletividade e postura autocentrada – O indivíduo pode fazer opção por direcionar sua ação por fins coletivamente partilhados ou aqueles estritamente pessoais. Exemplo: Em uma situação de greve, o sindicato convoca uma reunião no sábado pela manhã, porém, no mesmo horário que o companheiro José joga bola com seus amigos do bairro. Ele terá que decidir entre uma reunião importante onde serão discutidos os rumos da greve, ou escolher uma atividade de lazer que

lhe garantirá maior satisfação individual.

3. Universalismo e particularismo – Essa variável trata dos critérios de julgamento utilizados pelo ator, em situação de interação, ele pode decidir usar critérios universalizantes ou particulares. Exemplo: Em uma fiscalização de rotina o guarda de trânsito para o motorista que está embriagado e descobre que o mesmo é seu amigo. Como proceder nessa situação? Utilizar o critério de que ele é um cidadão como qualquer outro, ou fazer uma distinção, em virtude dessa proximidade.
4. A descrição e desempenho ou qualidade e performance: A avaliação do outro possui como referência àquilo que ele é, ou seja, suas qualidades individuais ou a maneira como ele se apresenta numa determinada situação de interação. Exemplo: Em uma situação de entrevista de emprego o indivíduo tem a oportunidade de contratar uma excelente secretária, que preenche os requisitos do cargo, mas desiste porque ela está acima do peso considerado “normal” sob seu ponto de vista.
5. Especificidade e difusão: Em uma situação de interação, o indivíduo pode se interessar por parte da personalidade e da ação do outro ou apreendê-los em sua totalidade. Exemplo: Numa relação médico-paciente, as expectativas do paciente em relação ao médico são construídas, quase sempre a partir do serviço que o segundo presta ao primeiro, se ele foi bem tratado e se o médico curou o seu problema. Diferente de uma relação entre dois amigos, ou duas amigas, cujas expectativas extrapolam a especificidade da relação.

AGIL: As quatro funções dos sistemas de ação

Inspirado no estudo dos pequenos grupos desenvolvido por Robert Bales¹, Parsons indica que é possível decompor a ação humana em quatro subsistemas: o organismo, a personalidade, o sistema cultura e o sistema social, argumento desenvolvido no trabalho *Working Papers In the Theory of Action* (1953) em parceria com o próprio Bales. Esses sistemas correspondem a quatro categorias funcionais que permitem o funcionamento adequado de todo sistema de ação. São eles:

A adaptação (Adaptation): Essa categoria trata dos recursos escassos que os atores dispõem para tomar determinadas decisões, no que diz respeito a alternativas, eficiência, sacrifícios, etc. “Definidas as metas, a função de adaptação trata da organização e distribuição dos meios disponíveis (...)” (QUINTANEIRO, 2002, p.134).

A orientação para a realização de fins (Goal attainment): Um sistema só pode existir se há objetivos fixados e metas a serem alcançadas. Em nossa sociedade, essa função é exercida pela organização política. O governo define os objetivos a partir daquilo que considera prioritário e busca a realização das ações por intermédio das ferramentas adequadas.

A Integração interna do sistema (Integration): a função de integração compreende a articulação desses subsistemas àquele mais amplo. Em caso de mudança no ambiente, cabe a esta função integrar as diferentes partes do sistema de modo a não permitir a desintegração.

1 Robert. F. Bales, Doutor em Psicologia pela Universidade de Harvard e um dos criadores do Departamento de Relações Sociais nessa mesma universidade. Bales se tornou conhecido internacionalmente por seu trabalho sobre o funcionamento dos pequenos grupos. De acordo com o autor estes precisam resolver quatro problemas para funcionarem corretamente, são eles: a fase adaptativa - que consiste nas respostas do grupo às pressões do meio externo; a fase instrumental - a possibilidade de assumir uma tarefa comum; a fase expressiva - que compreende a expressão dos sentimentos entre os membros de um grupo no interior deste e, por fim, a garantia da conservação a mudança das normas que regem a vida interna do grupo.

A manutenção dos sistemas de controle (Latent pattern maintenance): Compreende a produção, manutenção e reprodução dos valores comuns indispensáveis à ação individual.

Parsons constrói uma hierarquia entre os diferentes sistemas, colocando no topo da pirâmide os sistemas ricos de informação, capazes de dominar aqueles considerados inferiores. Estes, por sua vez, são menos ricos em informações, porém dispõem de mais energia, condição necessária para a ação. Como podemos perceber no gráfico abaixo:

Hierarquia dos sistemas:

Funções dos sistemas de ação	Subsistemas da ação	Hierarquia
Adaptação (A) Realização dos fins (G) Integração (I) Manutenção dos modelos (L)	Biológica Personalidade Sociedade Cultural	Rica em energia (condições) Rica em informação (controle)

Mudança social e evolução

Em seus últimos escritos, Parsons adere a uma concepção evolutiva da história, mesmo que inicialmente tenha se colocado como um crítico ferrenho dessa perspectiva. Mas, diferente do evolucionismo tradicional que pensa o desenvolvimento da sociedade numa perspectiva linear, o evolucionismo de Parsons reconhece “a pluralidade das trajetórias, a existência de estados sociais variados, a multiplicidade das causas históricas...” (LALLEMENT, 2008, p.126). As mudanças sociais permitem o aumento da capacidade adaptativa, condição que o sociólogo considera imprescindível ao desenvolvimento da vida social.

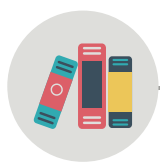
Em sua teoria da mudança social, o autor define quatro processos que correspondem às funções dos sistemas de ação definidos anteriormente. São elas: melhora adaptativa (A); da diferenciação (G); da Inclusão (I) e da generalização dos valores (L). A melhora adaptativa é um processo que permite o surgimento de um campo maior de recursos, permitindo a escolha por aquele que se mostra mais eficaz. Por exemplo, a produção econômica se mostra mais eficaz na fábrica do que no lar. A diferenciação é percebida por Parsons como um fenômeno de multiplicação de papéis que acarreta mudanças na natureza das coletividades e nas normas que orientam a vida social. A diferenciação permite que os atores possam realizar funções de maneira mais eficaz, pois estas estão liberadas dos vínculos com unidades estruturais mais difusas. A inclusão diz respeito aos processos que permitem a mudança de status de grupos previamente excluídos. Por exemplo, aquisição de direitos políticos, jurídicos ou sociais. E, por fim, a adaptação do sistema de valores que compreende o processo de erguer os valores a um patamar mais elevado (mais complexo que o anterior). Não se pode experimentar uma situação de mudança, se não há modificações nos valores que estão na base do sistema.

Esses foram alguns pontos centrais da teoria parsoniana. Há outras questões que ficaram de fora em virtude do formato da disciplina, mas que poderão e deverão ser aprofundadas em momento posterior. Espero que esses apontamentos possam despertar em vocês o interesse pelo pensamento desse autor que, sem sombra de dúvidas, é um dos nomes mais importantes do pensamento sociológico do século XX.



Atenção

A teoria da ação desenvolvida por Parsons não é a mesma desenvolvida por Max Weber, uma de suas grandes influências. Diferente do sociólogo alemão, Parsons percebe a ação, não somente orientada por um sentido atribuído por quem a executa e que possui relação com o estoque de significados, compartilhados entre os indivíduos. Ela também se conecta a normas sociais mais amplas, que constituem a estrutura das sociedades. Desse modo, vemos a partir do conceito parsoniano de ação uma síntese entre as ideias de Max Weber (perspectiva interpretativista) e de Emile Durkheim (perspectiva normativa).



Leia mais

Antene-se!

Para conhecer um pouco mais dessa síntese desenvolvida por Talcott Parsons, ler o texto Antônio Luiz Paixão publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais:
http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_11/rbcs11_03.htm

Para refletir:

- Reflita sobre os elementos que você considera indispensáveis à manutenção da vida em sociedade, apresentando suas respectivas funcionalidades.

5

Unidade:

TEORIA CRÍTICA E ESCOLA
DE FRANKFURT



Metas de aula

Nesta unidade, o estudante ficará conhecendo um pouco da vertente sociológica conhecida como Teoria Crítica, principalmente a partir dos trabalhos de Theodor Adorno e Max Horkheimer, dois de seus principais representantes. Além do acesso ao contexto histórico, filosófico e político que permitiu o desenvolvimento dessa abordagem e de sua relação com a Escola de Frankfurt, terá a oportunidade de conhecer a noção de indústria cultural, conceito de grande importância no conjunto das idéias desenvolvidas por esses intelectuais.

Teoria Crítica e Escola de Frankfurt

Não basta compreender o mundo, é preciso transformá-lo. Ao pronunciar essa célebre frase, Marx expunha sua crítica à maneira como os filósofos ao longo das distintas épocas se debruçaram sobre os fenômenos da vida. Distanciado-se do mundo das aparências e de seus elementos enganadores, a verdade passou a ser extraída do conhecimento abstrato, o único capaz de produzir uma verdade sobre a realidade que nos cerca. Negando de maneira veemente essa forma de produzir conhecimento, Marx propôs uma teoria que pudesse, ao mesmo tempo, conhecer e transformar a realidade. Para o filósofo alemão, a razão não era apenas um instrumento de apreensão da realidade, mas também uma ferramenta que deve atuar na construção de uma sociedade mais justa.

Reunir teoria e prática, numa perspectiva sociológica, nunca foi uma tarefa das mais fáceis, ao menos quando nos referimos a uma concepção tradicional de ciência, que postula uma separação entre “conhecer” e “agir”. A ciência, ou nesse caso, a Teoria, deve mostrar “como as coisas são” e não “como as coisas devem ser”. Porém, há aqueles que como Marx desenvolveram teorias que se propõem a pensar a sociedade numa perspectiva crítica, não poupando esforços para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sob vários aspectos. Dentre esses pensadores corajosos estão aqueles que se engajaram numa proposta de teoria crítica, ousando reunir, numa única expressão, duas palavras que geralmente são problematizadas como antagônicas. Os mais desconfiados devem perguntar: Se fazer teoria supõe abdicar da crítica, como é possível uma teoria crítica? Para evitar possíveis equívocos interpretativos, adianto que a teoria crítica não sugere que as pessoas devam se preocupar menos com a dimensão do conhecer e mais com a dimensão do agir. Não se trata de uma análise de como as coisas deveriam ser.

“Ela não se bate nem por uma ação cega (sem levar em conta o conhecimento), nem por um conhecimento vazio (que ignora que as coisas poderiam ser de outro modo). Mas questiona o sentido de teoria e de prática e a própria distinção entre esses dois momentos”. (NOBRE, 2004, p. 6-7).

A expressão teoria crítica apareceu pela primeira vez como conceito em um texto escrito por Max Horkheimer, intitulado “Teoria tradicional e Teoria crítica”, de 1937. Esse texto foi publicado na Revista de pesquisa social que foi editada entre os anos de 1932 e 1942 pelo próprio Horkheimer. Esta foi difundida internacionalmente por um grupo de estudiosos oriundos da Universidade de Frankfurt, Alemanha. Daí muitas pessoas utilizarem quase como sinônimos “Teoria crítica” e “Escola de Frankfurt”. Mas quem foram esses pensadores e o que eles pensavam? É isso que veremos no próximo tópico.

Escola de Frankfurt – onde tudo começou.

A Escola de Frankfurt, de onde saíram nomes como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin tem sua história iniciada a partir da criação do Instituto de pesquisa social de Frankfurt, nascido da iniciativa do economista e cientista social Felix Weil, do também economista Friedrich Pollock e do filósofo Max Horkheimer. O principal objetivo do instituto era promover pesquisas no âmbito científico a partir da teoria marxista, marxismo que, naquele momento, era um pensamento marginalizado nas diversas partes da europa, com exceção da União Soviética. Desse modo, o projeto dos três intelectuais dependiam da negociação com o Ministério da educação alemão e de um acordo com a Universidade de Frankfurt. Seria necessário também encontrar um professor universitário já estabelecido para dirigir esse centro de pesquisa. Inicialmente foi indicado o nome do sociólogo Kurt Albert Gerlach, que faleceu antes sair a expedição oficial. Dessa forma, coube a Carl Grunberg a direção desse instituto. Grunberg já editava uma importante publicação chamada Arquivo de História do socialismo e do movimento operário. A proposta era receber trabalhos de orientação científica e opiniões partidárias diversas, essas eram consideradas fundamentais para um debate realmente produtivo. Posteriormente, na direção da Revista de Pesquisa Social, o filósofo veio a se considerar marxista, mas, num sentido científico da expressão, ou seja, um adepto da teoria e metodologia desenvolvidas por Karl Marx. Dentre os colaboradores da revista destacam-se os nomes de Herbert Marcuse, autor de livros como Eros e a civilização e o Homem bidimensional, Erich From, um filósofo, psicanalista e sociólogo alemão que produziu trabalhos brilhantes ao articular ideias de Sigmund Freud as de Karl Marx, e Siegfried Kracauer, jornalista e sociólogo alemão que escreveu um estudo clássico sobre o cinema alemão, chamado de “De Caligari a Hitler”.

É importante destacar que na Escola de Frankfurt, residiu uma pluralidade de áreas do conhecimento (sociólogos, historiadores, economistas, psicólogos, psicanalistas, filósofos) como também de influências intelectuais que passavam por Freud e Weber. Apesar da matriz da teoria crítica ser justamente a análise do capitalismo por Karl Marx, ele não era a única referência desses intelectuais. A principal questão desses intelectuais era saber por que não havia acontecido uma revolução proletária nos países desenvolvidos do ocidente. Mas outros temas também tiveram destaque como a discussão entre teoria e crítica, a problematização sobre a sociedade de massa, o processo de hiperracionalização da modernidade e suas consequências. O negativismo é uma marca registrada desse grupo de intelectuais, o que não é difícil de compreender, pois, naquela época, a europa passava por um momento tubulento, para não dizer assustador. Totalitarismos de diversas formas, nazismo, fascismo, stalinismo, eram “tempos sombrios” para usar uma expressão da filósofa judia Hannah Arendt. Muitos dos intelectuais alemães emigraram para os Estados Unidos fugindo da perseguição perpetrada pelo nazismo e lá se depararam com outra forma de banalização da existência, o crescimento da cultura de massas. Em relação a esse fenômeno, Adorno e Horkheimer escreveram, conjuntamente, um trabalho que se tornou referência no campo da Sociologia, das Artes e da Comunicação, o texto Indústria Cultural – o esclarecimento como mistificação das massas, parte do livro “Dialética do esclarecimento (1947). Nesse trabalho, os autores expunham de maneira contundente sua crítica ao processo de racionalização do ocidente e a consequente perda da criatividade, no processo de produção artística.

Adorno e Horkheimer – teóricos da indústria cultural

<http://www.versobooks.com/authors/1563-max-horkheimer>



<http://www.dra.de/rundfunkgeschichte/75jahreradio/westen/musentempel/>

Theodor Adorno e Max Horkheimer podem ser considerados, ao lado de Walter Benjamin, como os mais importantes nomes da Escola de Frankfurt, importância que se expressa na profícua produção desenvolvida individualmente e em parceria. Antes de me reportar à produção conjunta de Adorno e Horkheimer, considero importante apresentar as trajetórias individuais desses pensadores.

Theodor W. Adorno nasceu em 1903, em Frankfurt, onde fez seus primeiros estudos, graduando-se em Filosofia. Em Viena, estudou composição musical com Alban Berg, um dos grandes nomes da revolução musical do século XX. Durante toda a década de 30 escreveu ensaios, cujo tema principal era a música. É desse período trabalhos como “A situação social da música (1932), sobre o Jazz (1936), Sobre o caráter fetichista da música (1939), dentre outros. Em 1933, com a ascensão do nazismo buscou refúgio na Inglaterra, onde lecionou na Universidade de Oxford até 1938. Nesse mesmo ano se mudou para os Estados Unidos, onde posteriormente escreveria, em parceria com Horkheimer, a *Dialética do esclarecimento* (1947) e o trabalho *A personalidade autoritária* (1950). Regressou para Frankfurt ainda em 1950 para reorganizar o instituto de pesquisa social e lá ficou até a sua morte em 1969. Antes ainda publicou dezenas de trabalhos, dentre os quais destacam-se: *Minima Moralia* (1951), *Dialética negativa* (1966) e *Teoria estética* (1968).

Theodor Adorno e Max Horkheimer podem ser considerados, ao lado de Walter Benjamin, como os mais importantes nomes da Escola de Frankfurt, importância que se expressa na profícua produção desenvolvida individualmente e em parceria. Antes de me reportar à produção conjunta de Adorno e Horkheimer, considero importante apresentar as trajetórias individuais desses pensadores.

Theodor W. Adorno nasceu em 1903, em Frankfurt, onde fez seus primeiros estudos, graduando-se em Filosofia. Em Viena, estudou composição musical com Alban Berg, um dos grandes nomes da revolução musical do século XX. Durante toda a década de 30 escreveu ensaios, cujo tema principal era a música. É desse período trabalhos como “A situação social da música (1932), sobre o Jazz (1936), Sobre o caráter fetichista da música (1939), dentre outros. Em 1933, com a ascensão do nazismo buscou refúgio na Inglaterra, onde lecionou na Universidade de Oxford até 1938. Nesse mesmo ano se mudou para os Estados Unidos, onde posteriormente escreveria, em parceria com Horkheimer, a *Dialética do esclarecimento* (1947) e o trabalho *A personalidade autoritária* (1950). Regressou para Frankfurt ainda

em 1950 para reorganizar o instituto de pesquisa social e lá ficou até a sua morte em 1969. Antes ainda publicou dezenas de trabalhos, dentre os quais destacam-se: *Minima Moralia* (1951), *Dialética negativa* (1966) e *Teoria estética* (1968).

Passeando entre a Teoria estética e a Teoria sociológica, Adorno se dedicou a temas diversos, que passaram pela música, pela razão instrumental, pelo caráter autoritário e pela cultura moderna de uma maneira geral. Sem contar seu empreendimento filosófico, definido como “dialética negativa”, proposta que confronta a noção platônica que recupera o pensamento positivo a partir da negação. Na verdade a crítica de Adorno é a toda tradição idealista que pensa o conceito de dialética como um movimento do pensamento, dispensando a materialidade subjacente a esse processo. O pensador também dedicou bastante atenção a miséria humana decorrente dos processos de destruição do mundo, da vida. Toda a história da civilização humana consiste da dominação da natureza pelo homem e na consolidação de sistemas opressivos, que retiram deste qualquer possibilidade de emancipação. A visão pessimista da cultura moderna é marca registrada do pensamento adorniano, a sensação que temos, ao ler esse pensador, é como se respirássemos com a cabeça enfiada em um saco plástico, um pensamento sufocante, que apresenta uma concepção de humanidades completamente subjugada pelas estruturas de dominação. Apesar de todo pessimismo, durante sua trajetória o pensador não deixou de alimentar esperanças em um mundo livre de sofrimentos desnecessários. Mesmo não escrevendo sobre alternativas utópicas, ele nunca deixou de acreditar nas mesmas.

Max Horkheimer nasceu em Stuttgart em 1895. Filho de um industrial judeu, precisou abandonar os estudos em 1911 para ajudar na fábrica do pai. Só voltou a estudar após a primeira guerra mundial, onde se dedicou a Filosofia e a Psicologia. Em 1930 tornou-se professor na Universidade de Frankfurt, onde permaneceu até 1934. Assim como seu companheiro de pesquisa, Adorno, também precisou se refugiar nos Estados Unidos para fugir do nazismo. Como já foi exposto anteriormente, Horkheimer foi o principal diretor da Revista de Pesquisa Social, cargo que ocupou logo após o afastamento de Carl Grünberg. Nos EUA lecionou na Universidade de Columbia, permanecendo no país até 1949, quando retornou para Frankfurt com o intuito de reerguer o Instituto de pesquisa social, juntamente com Adorno. Faleceu em Nuremberg em 1973.

Grande parte dos textos de Max Horkheimer foram publicados na Revista de Pesquisa Social, onde era um colaborador assíduo. Dentre os mais importantes destacam-se: *Inícios da filosofia burguesa na História*, *Um novo conceito de Ideologia, Materialismo e Metafísica* - todos de 1930 - *Materialismo e Moral* (1933) e *Teoria tradicional e Teoria Crítica* (1937), esse último aliás é considerado o trabalho onde, pela primeira vez, é utilizada a noção de teoria crítica.

Horkheimer definiu “teoria tradicional” como o sistema que teve origem no pensamento de Descartes¹ e que postula um ideal de ciência como sistema dedutivo. Esta seria baseada num modelo universal, que pensa o mundo como quantitativamente e matematicamente interpretado. A Teoria crítica, por sua vez, visa ultrapassar o subjetivismo e o realismo da concepção positivista que se expressa na teoria tradicional. Subjetivismo esse que compreende a importância atribuída ao método, em detrimento dos dados, estes são enquadrados por um sistema de pensamento previamente já definido. A teoria crítica confronta esse subjetivismo através do elemento da práxis histórica, trazendo para o centro do debate um importante pressuposto da teoria marxista, a ideia de que são os indivíduos que fazem história, porém, “indivíduos reais” a partir das relações materiais que estes estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida. A teoria crítica proposta por Horkheimer não se limita a uma “guerra de frases”, a uma divergência, do ponto de vista teórico. Para este pensador, essa só será superada de fato, quando as relações entre os seres humanos, e destes com a natureza não forem mais regidas pelo paradigma da dominação.

1 Cf. DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo. Editora Abril, 1973.

Apresentadas algumas ideias iniciais sobre a trajetória intelectual desses dois pensadores, passaremos a discutir algumas questões centrais da obra escrita “à quatro mãos”, ou seja, a discussão em torno do conceito de Indústria Cultural presente no livro *A Dialética do esclarecimento* de 1947. Esse texto foi produzido quando ambos se encontravam nos Estados Unidos. A origem do conceito compreende as reflexões destes pensadores sobre a maneira como os bens culturais eram produzidos na época do nazismo, servindo exclusivamente aquele sistema, porém, é inegável que a temporada nos Estados Unidos influenciou diretamente na produção desse trabalho, pois lá tiveram acesso a uma outra perspectiva de indústria cultural.

Muitas das críticas desenvolvidas por Adorno e Horkheimer nesse trabalho são dirigidas ao texto “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica” (1936) de Walter Benjamin. Para os pensadores, muitos dos argumentos desenvolvidos pelo colega, em relação ao processo de “industrialização da cultura”, são muito otimistas, beirando a ingenuidade. A questão central desse texto de Walter Benjamin é a perda da aura da obra de arte. Ele quer entender quais os motivos que fizeram com que esse tipo de produção artística perdesse o seu status de raridade. A resposta do filósofo está no processo de comercialização em série, produzida pela indústria cultural. O desenvolvimento da técnica fez com que as obras de arte pudessem ser reproduzidas em série como qualquer outra mercadoria, e, nesse processo, ela é destituída daquilo que a torna autêntica e singular. O original desapareceria em virtude das inúmeras reproduções. Porém, há uma outra reflexão presente nesse texto e que diz respeito a um fato positivo, que veio a tona com o processo de reprodução da obra de arte, é sobre este argumento que recai a crítica de Adorno e Horkheimer.

Para Benjamin, é inegável que o processo de reprodução por intermédio do desenvolvimento da técnica trouxe perdas consideráveis para o universo artístico, o que também representa uma perda para a humanidade. Não obstante, para o filósofo, esse processo também traria a possibilidade de uma democratização da arte por intermédio dessa produção em série dessas obras. Assim, ela deixaria de ser um privilégio de poucos e passaria a ser compartilhada com a população em geral. Benjamin acreditava nos benefícios propiciados pelas tecnologias, e ver no cinema uma das possibilidades positivas da técnica. O cinema, na concepção do filósofo, permitiu o surgimento de outras formas de percepção e recepção na experiência social, o que alterou profundamente a sensibilidade estética dos indivíduos. O cinema, na concepção de Benjamin, inaugurou uma nova relação da multidão com as artes. Estas, inicialmente, eram percebidas como objetos de culto, condição que aos poucos foi sendo substituída pelo valor de exposição, o que reforçava sua defesa de democratização da produção e recepção da arte.

Adorno entende que essa concepção otimista de Benjamin, em relação essa condição revolucionária do cinema, desconsidera elementos importantes e chama atenção para a fragilidade de suas teses, principalmente para a inexistência de um antagonismo que existe no próprio conceito de técnica. Segundo os autores de *Dialética do Esclarecimento*, técnica não pode ser tomado como um conceito, pois tem uma origem histórica. Adorno também questiona o imenso poder que o cinema exerce sobre indivíduos, uma vez que se ele possui essa dimensão é porque corresponde a uma produção arquitetada por aqueles que pertencem aos estratos econômicos mais favorecidos, aqui salta aos olhos uma ideia de cinema como produção burguesa. Para Adorno e Horkheimer, nem o cinema, nem o rádio poderiam ser considerados arte, pois são produções de uma indústria responsável pela exploração dos bens culturais, e é essa exploração que ambos definem como Indústria cultural. A proposta visava a substituição do termo cultura de massa, que, de acordo com os autores, transmitia uma noção de que esse fenômeno consistia numa produção cultural espontânea da população.

Os defensores da expressão cultura de massa querem dar a entender que se trata de algo como uma cultura agindo espontaneamente, das próprias massas. Para Adorno, que diverge frontalmente dessa interpretação, a indústria cultural, ao aspirar à integração vertical de seus consumidores, não apenas adapta seus produtos ao consumo das massas, mas, em larga medida, determina seu próprio consumo (ARANTES, P. 1991, p.IX).

O que Adorno e Horkheimer fizeram foi expor a dimensão obscurecida, logo, alienante desse processo chamado indústria cultural, que, aliada à ideologia capitalista, contribui para falsificar as relações entre os seres humanos. Para os autores a humanidade se via novamente diante de um novo processo de aprisionamento. A promessa de libertação propagada pelo esclarecimento não se cumpriu, afirmavam os autores. Acreditava-se que, liberto dos grilhões que os prendiam a dogmas teológicos, estes se tornariam livres e senhores de si. O poder do homem superaria a ciência e a técnica. Porém, o homem moderno tornou-se escravo do progresso e da dominação técnica.

O pessimismo de Adorno e Horkheimer possui uma explicação, ele é produto de uma época que atravessou duas guerras mundiais e viu o surgimento de regimes totalitaristas em diversas partes da Europa. O progresso e a técnica que antes eram percebidos como aliada de homens e mulheres, no processo de emancipação, apresentavam-se agora como principais responsáveis pelo aniquilamento destes.

Mesmo não possuindo o teor destrutivo de uma guerra onde vidas são ceifadas, Adorno e Horkheimer viam na indústria cultural um fenômeno que destrói homens e mulheres, de “dentro para fora”, impedindo que estes se tornem seres autônomos.



Atenção

A percepção negativista de modernidade, presente nas análises de Adorno e Horkheimer também se deve à influência marcante de pensadores como Friedrich Nietzsche e Max Weber. Nietzsche não poupa esforços para apresentar a modernidade como uma época histórica, marcada pela negação da vida. O homem moderno é o homem padronizado, que se torna rebanho, perdendo aquilo que o singularizava. Já Weber, ao longo de suas obras deixou transparecer um acentuado pessimismo, em relação ao processo de racionalização da vida que ele traduziu de maneira brilhante, a partir do conceito de “desencantamento do mundo”.



Saiba mais

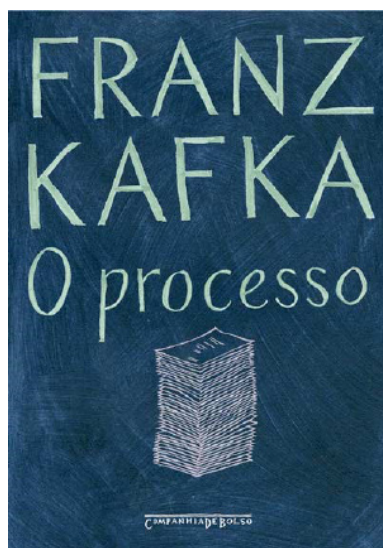
Antene-se:

Para entender um pouco mais da relação entre teoria e prática desenvolvidas pela escola de Frankfurt, conferir a palestra do Prof. Marcos Nobre sobre a influência marxista na Teoria crítica, pelo canal do Youtube:

<https://www.youtube.com/watch?v=YeAYNDoMZLY>

A crítica ao progresso e a técnica próprios da modernidade estão presentes nos trabalhos dos pensadores Adorno e Horkheimer. Para ambos, elas influenciam diretamente no processo que definem como “esvaziamento do pensamento”. Na literatura e no cinema também são abundantes as críticas direcionadas ao processo de racionalização de vida em contexto da

modernidade. Abaixo seguem as indicações de duas obras – uma literária e uma cinematográfica – que nos ajudam a compreender o acentuado pessimismo presente nos escritos dos frankfurtianos.



O Processo – Franz Kafka

O livro narra a história de Joseph K, um cidadão comum que, ao acordar, descobre que está detido, mas não sabe por quais motivos. Desse modo um longo e angustiante processo judicial se arrasta sem que Joseph tenha direito a defesa. Como não há acusações formais, a defesa não sabe como atuar e tudo passa a depender da relação com os funcionários do tribunal. Publicado em 1925, após a morte do autor, é considerado como uma das críticas mais contundentes aos processos de racionalização da vida.

http://lounge.obviousmag.org/diario_de_uma_vida_estranha/2014/06/o-processo.html



O Leitor (The Reader – 2008)

Direção: Stephen Daldry

O filme conta a história de Michael Berg, um advogado que, no ano de 1958, tem um relacionamento amoroso com uma mulher mais velha Hanna Schmitz. Hanna bruscamente some de sua vida e reaparece 8 anos mais tarde, no banco de réus de um tribunal alemão, acusada pelo assassinato de centenas de judeus quando trabalhava para a SS nazista.

<http://apanhadordelivros.blogspot.com.br/2013/06/ap-filmes-o-leitor.html>

Para refletir:

- A Teoria crítica permite que o pensador possa agregar teoria e prática, sem que a cientificidade seja comprometida. Reflita sobre a questão da objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais, a partir dessa indissociabilidade entre “conhecer” e “agir”.
- A partir da noção de indústria cultural, reflita sobre as atuais relações que possuímos com os bens produzidos por essa indústria, apresentando as possíveis rupturas e continuidade com as ideias de Adorno e Horkheimer.



Referências

ADORNO, T.W & HORKHEIMER, F. "A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas" In: Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARANTES, P. Adorno e Horkheimer (Coleção Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: Magia e Técnica: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994

COHN, G. Crítica e resignação – fundamentos da Sociologia de Max Weber. São Paulo: T.A Queiroz, 1979.

DESCARTES, René. Discurso do método. Tradução de J.Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo. Editora Abril, 1973.

HONNETH, A. "Teoria Crítica". In: GIDDENS, A & TURNER, J. Teoria Social Hoje. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

NIETZSCHE, F. Para além do bem e do mal ou prelúdio de uma Filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NOBRE, M. A Teoria Crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.



Licenciatura em Ciências Sociais

Realização



Ministério da
Educação



Oferecimento

